

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional

Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria

Amanda Cappellari

Porto Alegre

2019

Amanda Cappellari

Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lílian Rodrigues da Cruz

Porto Alegre

2019

Amanda Cappellari

Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lílian Rodrigues da Cruz

Banca examinadora

Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Betina Hillesheim
UNISC

Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa
UFRGS

Profa. Dra. Simone Maria Hüning
UFAL

Porto Alegre

2019

Para jovens que teimam em piscar

Agradecimentos

À Lílian, pela cuidadosa orientação. Por acreditar na potência da escrita sensível, por encorajar liberdade e aberturas metodológicas. Pela leveza em meio aos espaços duros da academia. Pelo compartilhamento de angústias e preocupações com a temática do acolhimento institucional e pela vibração e alegria frente às vidas que se reinventam. Por ensinar que quando o chimarrão esfria na cuia, é sinal de que a escrita caminha. Pelo carinho e pela *lindeza* do encontro.

À Betina, pela delicadeza. Por me ensinar a pesquisar, por potencializar o desejo de escrita. Pelos anos de compartilhamento de sorrisos durante a Iniciação Científica e trabalho de conclusão de curso, durante aulas ou cafés, viagens para bancas ou organizações de eventos que terminavam em belos jantares. Por ser casa em Santa Cruz do Sul. Pela permanência em minha vida. Pela amizade que tanto me move e que tanto me toca.

Ao Luciano, por Barthes. Por abrir passagens para o encontro com biografemas, pelo amor e pelo prazer da escrita. Por aquecer com palavras e me encantar com sua poética.

À Simone, pela leitura atenta. Por alertar sobre os perigos do sensível, mostrando que é preciso debruçar-se com atenção para disputar lugares por meio de outras escritas.

À Mara e ao Adilar, meus pais, por tanto amor. Pelo cuidado e pelo respeito, pelo olhar de confiança e pelos abraços de aconchego. Pelo carinho, pelo incentivo, pela dedicação. Pela longa conversa após lerem meu projeto de dissertação, preocupados com as vidas que conheceram através do papel.

Ao Jonathas, meu irmão, por provocar o que há de mais belo em mim. Por tanto brincarmos juntos durante a infância, por tanto discutirmos humanização em saúde hoje. Pela defesa das políticas públicas. Pelo jeito especial que sorri com os olhos.

À Fabi, pelo tanto de vida compartilhada. Pelo feminismo, pela força e pela sensibilidade.

À Shary, pela amizade. Por ser presença em toda esta dissertação, mas por estar em minha vida desde antes. Pelas árduas lutas compartilhadas, pelas pequenas vitórias cotidianas. Pelas aquarelas e discussões teóricas, por provocar outros modos de inventar

a vida. À Vitória, por completar o lar. Pela alegria do bom dia, pelas cores que espalha pela casa. Pela bondade. Às duas, por constituirmos casa.

À Bruna, Rafa, Letícia e Ita (Shary precisa aparecer aqui também), pela avassaladora poética da amizade. De Santa Cruz do Sul para Porto Alegre. Por sermos 6 amigas de pura afetação, força e respeito. Pela inventividade dos encontros, pela criação de mundos afetivos possíveis.

À Thaís, Aline, Juliana, Marília, Jessyca, Kellen e Léo, pela potência do grupo de pesquisa. Pelas leituras compartilhadas, pelo cuidado com meu texto, pelas provocações. Por serem fundamentais no processo perigoso de se lançar ao campo e escrever.

À Lu e Bruna, pelos sorrisos.

À Gisele, Carina, Patrícia, Carol, Andreza, Gabrielly, Bruno, Giulia, Douglas, Taís e às duas Letícias, pelas trocas. Por deixarem saudades pelas discussões e pelos afetos nas terças-feiras pela manhã. Por termos constituído, através da Betina, um grupo de estudos (do qual ainda sinto fazer parte).

À Renata, Karen, Vini, Angélica, Jonas, Jéssica e Rodrigo, pelos encontros singulares e felizes.

À Patrícia, supervisora local em meu estágio no CAPSia, pela humanidade. Por ser exemplo e por se tornar amiga.

Às e aos jovens que aceitaram conversar comigo durante a pesquisa, pela grandeza dos ensinamentos.

À Fundação de Proteção Especial, pela acolhida.

À CAPES, pela possibilidade de me dedicar à pesquisa.

Resumo

Vagalumes: pequenos seres que, para sobreviver, se fazem ver no escuro. Este trabalho versa sobre o processo de desligamento institucional por maioria de jovens que residem em serviços de acolhimento. Toma-se a metáfora dos vagalumes como disparador da discussão, compreendendo que as e os jovens que compõe o campo desta pesquisa participam e produzem políticas de visibilidades: os modos como são vistos e como se fazem ver nos escuros contemporâneos. Objetivou-se investigar como acontecem os encontros e desencontros entre políticas públicas e jovens acolhidas e acolhidos. Para tanto, realizaram-se encontros com aqueles que passaram pelo desligamento institucional e com os que serão desligados em breve, além de encontros pontuais com educadores sociais e profissionais que atuam no campo do acolhimento/desligamento institucional. Para mostrar as saídas das instituições, apostou-se na escrita de biografemas, utilizando-se de pequenos acontecimentos de vida como inspiração para as narrativas. A escolha biografemática constitui-se enquanto preocupação ética sobre como contar a vida de outras e outros. Nesse sentido, além de ocupar-se de acontecimentos da vida, a escrita também foi produzida através de fragmentos da memória, do encontro com personagens da literatura e de reportagens sobre o assunto. O encontro com jovens, trabalhadoras e trabalhadores foi inspiração e contágio para a escrita, possibilitando sua posterior discussão. Os resultados da pesquisa apontam para a ativa produção de abandono por parte do Estado, permitindo que jovens que vivenciam situações de acolhimento institucional fiquem expostos ao perigo no momento do desligamento por maioria. Verificou-se, ainda, que o Estado pode maximizar a precariedade de algumas vidas, especialmente aquelas marcadas por características de raça, gênero e classe culturalmente marginalizados. Contudo, é também o encontro com as políticas públicas que garante melhores condições de vida para alguns, facilitando o acesso à universidade e ao mercado de trabalho. Diante da produção de morte, parte dos jovens insurgem e se fazem ver através de estratégias inventadas para sobreviver, apesar de tudo.

Palavras-chave: desligamento institucional; juventude; biografema; políticas públicas.

Abstract

Fireflies: small beings that, in order to survive, are visible in the dark. This paper deals with the process of institutional removal due to the beginning of adulthood of young people in care. The firefly metaphor is taken as the propeller for the discussion, understanding that the young people who make up the field of this research participate and produce policies of visibility: the ways they are seen and how they are seen in contemporary darkness. The objective was to investigate how the encounters and mismatches between public policies and young people in care. To this end, meetings were held with those who went through the institutional disconnected and those who will soon be disconnected, as well as occasional meetings with social educators and professionals working in the field of institutional reception / disconnection. In order to show the exits from institutional care, biographem were written, using small life events as inspiration for the narratives. Biographem choice is an ethical concern about how to tell the lives of others. In this sense, in addition to dealing with life events, the writing was also produced through fragments of memory, through encounters with literature characters and reports on the subject. The meeting with youth and workers was inspiration and contagion for writing, enabling its further discussion. The results of the research indicate to the active production of abandonment by the state, allowing young people who experience situations of institutional shelter to be exposed to danger at the time of disconnection because of adulthood. It was also found that the state can maximize the precariousness of some lives, especially those marked by culturally marginalized race, gender and class characteristics. However, it is also the encounter with public policies that ensures better living conditions for some, facilitating access to the university and the labor market. Faced with the production of death, part of the young people rise and make themselves seen through strategies invented to survive, after all.

Keywords: institutional disconnection; youth; biographem; public policy.

Sumário

Lampejos, <i>apesar de tudo</i>	14
A insurgência de Magnum ou Um biografema que acende.....	22
Desacolher, desabrigar, desligar?	32
Para perceber vagalumes: encarnar o escuro	38
Alertas para estremecer a (sua) casa: precariedade, luto, políticas de vida e morte.....	49
Pirilampiações: outras considerações	73
Referências	79
Anexos	88

Gostaria de transmitir algo, mesmo que seja um pequenino grão de areia – talvez isso eu consiga. Se eu puder transmitir esse minúsculo grão, extraindo-o de tantos outros infinitos, talvez valha a pena investir minha vida nisso. É melhor penetrar fundo, até o âmago dos âmagos, mesmo das coisas minúsculas, tratando-as com cuidado. Ainda há tempo (Kazuo Ohno, 2016, p. 24).

*Aquarela-presente da amiga Sharyel Barbosa Toebe.

Preciso te contar uma história. É uma história pequena, minúscula, mas que deve ser contada. Tal como Clarice Lispector, escrevo para desabrochar algo, escrevo com a intenção de fazer ver e fazer ouvir ínfima existência. Agora, enquanto escrevo, já estou tomada pela vida que desejo contar e, desse modo, essa história começa pelo meio.



Eram 4h45min de uma das muitas madrugadas de insônia quando compreendi: precisava sair de casa. Para escrever sobre sair de casa, o movimento também precisava ser meu. Parecia inevitável me lançar ao desconhecido, fazer passagem por outros territórios. Mas não nos esqueçamos daquilo que tantas vezes Riobaldo alertou, “viver é negócio muito perigoso” (Guimarães Rosa, p. 21, 2015)¹ e, por isso, sair de casa só é passível de escolha para pessoas privilegiadas. A escrita a que me proponho durante essa dissertação trata disto: sair de casa. Não a minha saída (mesmo que por alguns momentos minha experiência faça composição com), mas a tempestuosa, triste e, às vezes, potente, saída delas e deles. Não se trata de um sair “como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo” (Mário Quintana, 2003, p. 864). É sair por imperativo, por lei. Sair de uma instituição de acolhimento por completar 18 anos...

Naquela silenciosa escuridão pensei sobre as minhas possibilidades e as possibilidades do menino que desejo lhe contar a vida. Ao decidir sair de casa novamente, sendo que já havia feito morada em outra cidade durante a graduação, sabia que poderia retornar. O menino com nome de arma, que talvez compartilhasse a insônia comigo naquela noite, não podia decidir entre sair ou ficar, ir e voltar. Para ele parecia não existir um lugar seguro fora da instituição de acolhimento. Aliás, o acolhimento era seguro para ele?

Com a intensidade avassaladora com que me tocaram tantas meninas e meninos acolhidos e desligados institucionalmente, me sinto convocada a escrever. O encontro com essas vidas outras se deu através de um estágio da graduação em Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC), realizado em um Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSia), em que fazíamos oficinas em uma instituição de acolhimento. Naquele momento, intrigou-me saber que muitos meninos

¹ As citações aparecerão com nomes completos ao decorrer de todo o texto para situar o gênero de quem fala.

que participavam dos encontros se conheciam desde a infância, antes de estar na instituição: jogavam futebol juntos, eram vizinhos ou colegas. As atividades aconteceram em Santa Cruz do Sul, cidade de médio porte no interior do Rio Grande do Sul, desse modo, a evidência de que muitas acolhidas e muitos acolhidos vieram de um mesmo bairro, apontava para a existência dos territórios vulneráveis da cidade. Debrucei-me sobre a temática do acolhimento institucional, através da leitura de prontuários, para compreender os motivos dos acolhimentos. Deparei-me, então, com os percursos e percalços desses jovens em suas circulações pelos mais diversos serviços de políticas públicas do município.

Ao participar dessas oficinas durante um ano, inundei-me de aflições sobre o que fazer ao sair do acolhimento. Essa tristeza também transcorria os corpos de algumas e alguns profissionais que trabalhavam com essas juventudes. Vi um jovem sair da instituição de acolhimento e ir para a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), outro a voltar a morar com o familiar do qual havia sido afastado quando criança, uma planejando ir para outro Estado e outro morar na rua. Assim, pensarei sobre as possibilidades que as e os jovens produzem para ocupar o mundo após o desligamento institucional, e de que modo esse processo é tutelado pelas políticas públicas, entendendo sua responsabilidade de, como estabelecido pelo Art. 94, inciso XVIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, “manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos”.

Marcada por essas vivências que me tocaram, escrevo por necessidade. Aliás, “escrever não quer dizer outra coisa que não tocar e dar-se ao toque: hoje, amanhã e depois” (Luciano Bedin da Costa; Cristiano Bedin da Costa, 2019, p. 174). Uma (po)ética do desassossego ou do desconforto, produzida através de encontros que são afetos alegres, que expandem minha potência de existir, conforme Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998) discutem a partir de Spinoza, ou o que me parece ser um encontro-acontecimento, um choque entre corpos que produz marcas, rupturas. Essa caminhada também é sublinhada por afecções tristes, difíceis de afirmar. Encontros que, por vezes, fizeram com que eu me sentisse paralisada, como alguém que se espanta diante do mundo e fica imóvel, que se fecha para a possibilidade de ser tocada por outras e outros. “Tudo é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro” (Gilles Deleuze; Claire Parnet, 1998, p. 49). O desafio, neste momento, consiste em transformar também os

encontros que diminuem minha potência de existir no mundo em uma afecção cambiante, que ao vacilar em uma dúvida, racha brechas para movimentar-se. Afinal, como assinala Sandra Mara Corazza (2010, p. 91), “escrevemos aqueles que amamos”, sejam autoras ou autores, cantoras ou cantores, literatos ou jovens em situação de acolhimento/desligamento institucional.

Agora preciso pedir licença, tem um menino gritando “*Amandaaaa!*” na rua do meu prédio, e tenho certeza que é um menino que tem nome de arma...

Lampejos, apesar de tudo

Pirilampo: ser que alumia um mundozito de cada vez e ajuda poetas a encontrar iluminossílabos desprovidos de grande significação (Ondjaki, 2011, p. 59).

Acordou cedo, afinal, era um dia especial. Sentiu que algo mudara em si durante a madrugada. 18 anos! Estava ansioso pela data, queria liberdade, mas era difícil compreender como algo temeroso se agitava. Na porta do quarto foi saudado por uma das cuidadoras: “Querido! Feliz Aniversário!”, e o abraçou forte. Pegou a xícara de alumínio para tomar o café, o mamão cortado e um pedaço de pão já estavam sobre a mesa. Uma técnica passou pelo refeitório que deveria ter cara de cozinha: “Magnum, passa na minha sala depois”.

Abriu a porta, sentou na cadeira e já viu o papel sobre a mesa. Gelou. Então é verdade que algumas pessoas recebem *a carta* no dia do aniversário.

Desde pequeno Magnum se sabia vagalume. E como todos os vagalumes, só era visto quando acendia: por vezes tentou acender tirando notas boas na escola, cozinhando para sua avó ou escrevendo poesias... mas não tardou a aprender que o viam melhor quando gritava, quando dizia que não ia fazer, quando pulava o muro da escola ou do abrigo e demorava dias para voltar. Antes, quando morava com a família, passar a madrugada na rua com os amigos também o fazia vagalume, nem tanto para o pai e a mãe, que durante a noite já estavam tão esgotados da dureza dos dias e acreditavam que aos 11 anos o menino já era grande para se defender da vida, mas fazia luz aos olhos de alguns vizinhos que não dormiam devido ao barulho noturno, ao conselheiro tutelar que percebeu o cigarro em sua boca e aos professores que não suportavam seu sono durante as aulas. Nesses primeiros acontecimentos ele não queria ser visto, “se pudesse, eu não acenderia”, ele me contou, mas acontece que algumas existências não podem não ser vistas. A invisibilidade é privilégio de muitas e muitos, mas não de Magnum. Com seus gestos ele incomodava e, na insurgência de sua vida considerada não adequada, ele se tornava visível.

Esta não é a primeira vez de Magnum em uma instituição de acolhimento. Foi ao nascer em uma manhã gelada de uma quarta-feira que poderia ser parecida com outras tantas que, aos 6 anos, despertou sendo arrancado por duas pessoas estranhas da cama quentinha que dividia com o irmão mais novo. Tudo aconteceu tão rápido que ele nem conseguiu ver as lágrimas de tristeza e raiva que molhavam o rosto de sua mãe. No caminho até a instituição, as duas pessoas sem nome e sem rosto repetiam a ele que já poderia parar de chorar, porque tudo ficaria bem. Ao chegar, alguém o acolheu e explicou que ele passaria alguns dias ali, mas que poderia ver seus pais. Magnum não conseguia entender nada.

Eu soube, ao olhar seu prontuário, um dos tantos com seu nome espalhados pelos serviços de saúde e assistência social do município, que esse primeiro acolhimento institucional aconteceu por motivo de negligência: *muito abaixo do peso e sujinho, marcas nas pernas por ter sido agredido, provavelmente pelo pai, que faz uso de drogas e tem envolvimento com tráfico*². Também constava suas frequentes faltas à escola e suspeita de trabalho infantil, pois havia sido visto catando papelão com sua mãe e irmão. Apontava igualmente que não era adequado dividir uma cama de solteiro com outra pessoa e que suas condições de moradia eram precárias. Na casa, além de duas camas, havia um fogão à lenha, uma geladeira, uma pequena televisão e dois sofás velhos, *mas a casa estava organizada e limpa*, escreveram no papel.

Magnum não lembra muito bem por quanto tempo ficou acolhido, pensa que menos de um ano, mas não esqueceu das noites que conversou com deus pedindo desculpas por o que quer que seja que tivesse feito de errado para ser punido daquele modo. Lembra disso com certa irritação, não gosta de se deixar ver na inocência dos vagalumes. Assim como alguns pirlampos desavisados sobem em postes de luz e se deixam expostos às queimaduras solares (Georges Didi-Huberman, 2011), também os meninos vagalumes se machucam por culpas das quais não são donos.

Queria poder lhe contar essa história com exatidão, mas tudo é impreciso. Nos registros há algumas anotações sobre visitas domiciliares e orientações para a família, bem como encaminhamentos para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para o Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSIA) e

² Os fragmentos grifados em itálico foram retirados dos prontuários de Magnum.

a um Centro de Convivência localizado no bairro em que Magnum voltou a residir com a família. A decisão para que retornasse à família de origem estava fundamentada no bom vínculo que tinha com os pais, na preocupação deles em visitá-lo semanalmente na instituição e por entenderem que ele dividir a cama com alguém para dormir dizia de pobreza e não de negligência de pai e de mãe. Em um de seus prontuários consta uma série de faltas às consultas psiquiátricas, dificuldade de contato com a mãe do menino e que se *percebe que os pais não sabem impor limites, permitindo que o menino fume maconha e chegue tarde em casa.*

Depois de muitas visitas do Conselho Tutelar a família começou a ser acompanhada pelo CREAS. No início compareciam aos atendimentos, tentaram até conseguir o cartão-reforma no CRAS, para construir mais um quarto na casa. O pai de Magnum foi encaminhado para o CAPS AD, queriam que refletisse sobre o uso de drogas que fazia. No entanto, o vínculo frágil que existia rompeu-se quando desejaram que ele passasse por uma internação. Depois de duas denúncias sobre as circulações noturnas de Magnum e da notificação de sua evasão escolar, ele foi retirado da família novamente, quando estava com 11 anos. Ocorreu, então, a destituição do poder familiar.

Nos conhecemos no auge de sua vida vagaluminosa, quando Magnum estava com 14 anos. Ele havia voltado, há duas semanas, de uma internação compulsória por uso de drogas e recomendaram que participasse da oficina que eu e outra colega fazíamos no serviço de acolhimento. Não lembro bem qual era a atividade naquele tarde, tínhamos um cartaz, canetas coloridas, tintas, revistas, giz-de-cera e glíter espalhados pelo chão de uma sala com sofás velhos, quando ele entrou aceso e pegou o papel nas mãos para em seguida deixá-lo em 3 pedaços. Sem o dispositivo de construção coletiva que havíamos proposto, a estratégia precisava ser outra: escutar o que é que faz, na vida de um jovem, rasgar qualquer coisa que tenha sido investida por outros. Sinceras, afirmamos o desejo em conhecer suas histórias de vida, com a expectativa de também tornar sensível o gesto violento de Magnum. O menino transbordava e precisava falar: “Minha mãe morreu ontem, meu *cupincha*³ me contou. Eu queria ir no velório, falei com as tias e não me deixaram ir, disseram que não posso ver ela! Agora ela já foi enterrada. Eu só queria dar tchau...”.

³ Expressão utilizada para referenciar um amigo.

É duro, né? Tive que pausar a escrita para suportar. Eliane Brum (2006, p. 39) tem um texto em que escreve que “enterro de pobre é triste menos pela morte e mais pela vida”. Concordo, em alguns casos. Ouvi dizer que a mãe de Magnum faleceu devido a uma tentativa de aborto, não sei se é verdade. Talvez precisasse ser ela a arrancar o que ainda estava dentro de si, antes que alguém o fizesse. Conteí que o irmão e a irmã de Magnum também foram acolhidos?

Após a morte de sua mãe, o menino pirilampo mostrou com maior intensidade seu devir-Bartleby⁴. Não que sua resistência fosse como a do escriturário (preferiria não fazer, preferiria não responder), mas é que quando dizia que não, ninguém o conseguia dobrar. Não podia deixar que o quebrassem, por isso o corpo estava sempre reto: não se curvava. O obrigavam a ir para a escola, mas ele dizia que não iria. Insistiam, sua revolta crescia e, às vezes, precisava quebrar algo para que entendessem que seu *não* era definitivo. Irreversível. Insubmisso. Ora, não nos enganemos! O lirismo dos vagalumes não reside unicamente em sua inocência: não são as fêmeas de algumas espécies que atraem os machos, com sua luminescência, para em seguida alimentarem-se deles? Como os vagalumes, Magnum também cria estratégias para sobreviver.

Durante o acolhimento institucional seguiram-se muitas evasões. Às vezes conseguiam trazer Magnum de volta através do uso da força da guarda do município, outras ele voltava por uma conversa afetuosa com sua psicóloga. Por vezes, inclusive, voltava sozinho, sempre na hora do almoço. Sabiam que ele saía do serviço de acolhimento para ver seu pai, e que outras tantas voava pelas ruas com meninos que nem tão inocentemente entregavam drogas em um lugar ou outro. Solicitaram que o Conselho Tutelar explicasse ao pai que ele não poderia ver o filho, já não possuía sua guarda e que isso fazia mal ao menino. Orientaram que fosse incisivo e ligasse para a instituição caso o menino aparecesse. Diante da orientação, o pai respondeu: “Eu prefiro ver meu filho no meio deles que no tal reformatório. Se o senhor quiser ver uma coisa de cortar o coração vá lá” (Jorge Amado, 2009, p. 16). Parece até que o pai já havia lido *Capitães da Areia*, do Jorge Amado. Mas é que ele já foi menino de rua, essa leitura não lhe fazia falta.

⁴Bartleby é personagem do conto *Bartleby, o Escriturário*, de Herman Melville (1853). O desconforto causado pelo escriturário se dá frente aos seus insistentes “preferiria não fazer”, “preferiria não responder” quando alguém lhe solicita algo. 0

Nas tantas idas e vindas, curvas e arranhões, Magnum cumpriu medida socioeducativa na FASE. Assaltou uma farmácia, acompanhado de um *cupincha*. Era noite e carregava nas mãos uma arma de brinquedo, o suficiente para honrar o nome que lhe foi dado. Magnum, o menino com nome de arma, demonstra toda sua obediência fazendo valer, naquele momento, o futuro profético que lhe ofereceram. Depois de me contar a vitória em ter conseguido não se aliar a nenhuma facção - devido a um conhecido que cumpria medida ao mesmo tempo que o seu -, ele pareceu tentar acalmar a mim e a ele: “Tudo bem, tia, sempre me disseram que eu ia acabar preso”.

II

Em uma noite morna de dezembro, a saída foi anunciada: nossa casa já não continuaria sendo casa para uma de nós três. Ela queria sair, habitar novos lugares e construir outros sentidos. Sua saída reflete, feito espelho, a impermanência de morar. Também eu terei que sair, talvez em uma manhã de sábado, talvez ao entardecer do dia. Podem levar meses, podem-se somar anos, mas acontecerá. Como não fabular devaneios sobre como a vida será logo ali, no futuro?



Às vezes Magnum me chama de tia, outras de dona, em poucos momentos deixa escapar meu nome por entre os lábios. O fato é que nossas palavras denunciam os lugares por onde nos constituímos, transitamos e subjetivamos. Na instituição de acolhimento as monitoras e os monitores são chamados de *tias* e *tios*, na FASE ou nos Centros de Atendimento em Semiliberdade (Casemi) os profissionais são nomeados de *seu* ou *dona*. Lembro que ao voltar da FASE, Magnum estava sempre preocupado com a punição que poderia receber por seus comportamentos...

Tenho conversado com Magnum uma ou duas vezes por semana. Hoje ele me mandou uma mensagem pedindo para que o encontrasse na instituição de acolhimento, queria ajuda para fazer um novo currículo. Antes de irmos para uma sala pequena, quis me mostrar algo no quarto que divide com mais quatro meninos: as medalhas e troféus que ganhou em campeonatos de futebol e em olimpíadas de matemática. Me contou sobre como adorava as aulas de matemática e terminava os cálculos com rapidez, “algumas contas eu fazia de cabeça mesmo, não precisava colocar no papel ou usar a

calculadora”, mas eram também nas aulas de matemática que frequentemente ele era mandado para a diretoria. Uma vez mais o que o fez vagalume não foi a tão admirada capacidade de calcular, mas os gritos decorrentes do tédio e as brincadeiras que fazia. O que incomodava mais intensamente não era a bagunça, mas o barulho causado pelo lugar de *primeiro da turma* ser ocupado por um menino negro e pobre. Sensibilidade, é sempre ela que falta. O que fazíamos com nossas vidas que não conseguíamos enxergar a potência de Magnum? Talvez os adultos que o cercavam já tivessem, assim como Pasolini⁵, perdido a “capacidade de ver – tanto à noite quanto sob a luz feroz dos projetores – aquilo que não havia desaparecido completamente e, sobretudo, *aquilo que aparece apesar de tudo*” (Georges Didi-Huberman, 2011, p. 65).

Enquanto trabalhávamos em seu currículo, Magnum me falou do medo que sente do seu aniversário de 18 anos. Está próximo, faltam poucos meses. Com 18 precisa sair do acolhimento, e por isso quer conseguir um emprego. Mas desta vez não aceita trabalhar como empacotador em mercado, como tentou no ano passado. Ele tinha deixado currículo em muitas empresas mas ninguém entrou em contato, o emprego no supermercado foi a irmã de uma das cuidadoras quem conseguiu, entretanto, Magnum precisava trabalhar aos sábados e domingos e não se sentia querido pelos colegas. Começou a faltar e foi demitido logo que terminou o contrato de 3 meses. Ele disse que os amigos que não possuem emprego conseguem ganhar dinheiro guardando drogas em casa, mas que nem isso pode fazer, “já que moro em um abrigo”. Já pensou em “passar a noite na boca com um ferro na mão e descolar uma grana”, mas tem medo de ir para a FASE de novo e ficar longe dos irmãos. Precisa de um emprego bom para alugar uma peça quando sair do acolhimento, quer que os irmãos possam morar com ele. Mas, se não conseguir, não sabe o que vai fazer. Não vê o pai desde que o mesmo foi preso, há dois anos. Então, mesmo que cogitasse retornar para a casa do pai, não poderia.

⁵ Pier Paolo Pasolini, cineasta italiano que afirmou o desaparecimento dos vagalumes.

Talvez precisasse fazer como Pedro Bala ou como o Gato ou como o Sem-Pernas: arranjar um trapiche para morar. Lucas, seu amigo, quando completou 18 anos, passou algumas noites em um albergue da cidade, contou coisas horríveis. Magnum jurou que preferia dormir em calçada qualquer do que passar as noites naquele lugar. Lucas, no paroxismo de seu desespero, virou reportagem de jornal. Segue (Jovem..., 2018):

Jovem é flagrado morando em casa da vila típica no Parque da Oktoberfest

Ele teria arrombado a janela de uma das estruturas e deixado roupas, documentos e cobertores no local

Por: Redação Portal Gaz

Compartilhar    

Um caso de dano qualificado foi registrado no Parque da Oktoberfest, em Santa Cruz do Sul. O crime foi registrado na Polícia Civil por coordenadores da organização de eventos da Prefeitura.

A Guarda Municipal constatou que uma das casas da vila típica estava com uma janela arrombada. No interior da casinha foram encontrados cobertores, roupas e uma pasta com documentos. Um jovem de 18 anos, natural de Porto Alegre, foi identificado como o invasor e localizado dentro do parque.

O suspeito foi detido no final da tarde dessa quinta-feira, 5, por volta das 5 horas e conduzido à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) onde prestou esclarecimentos.

Lucas, ao não encontrar um lugar com teto e paredes para existir, passou a perambular pelas ruas e dormir ao relento. Logo que foi desligado da instituição de acolhimento conseguiu um emprego, mas após uma vida de tutela e pessoas controlando seu horário de despertar, não foi capaz de acordar sozinho todas as manhãs para chegar na empresa em horário pontual de trabalhador. Alguém contou para Lucas que em Porto Alegre existe uma República para pessoas de 18 à 59 anos que estão em situação de vulnerabilidade social e sem local de moradia, mas o que é que Lucas faria em Porto Alegre? Magnum treme só de pensar em morar em cidade que não conhece ninguém. Mudar-se para uma República também não é possibilidade para ele.

Nesta semana uma menina foi desligada da instituição de acolhimento, fez 18 anos há 3 semanas. “Vidas de luta e de coragem. De miséria também. Uma vontade de ficar. Mas que adiantava ficar?” (Jorge Amado, 2009, p. 223). A mãe de uma amiga do *jiu jitsu* disse que ela poderia ficar em sua casa por algum tempo, até conseguir outro

lugar para morar. O próximo a sair será Magnum, aniversário no próximo mês. A equipe da instituição de acolhimento não sabe o que fazer. Magnum não sabe. *E eu também não sei...* O Pedro Bala, o Gato ou o Sem-Pernas, se conhecessem Magnum, diriam que ele tem uma estrela no lugar do coração, só “os homens valentes tem uma estrela no lugar do coração” (Jorge Amado, 2009, p. 249).

A carta (ou guia de desligamento) está sobre a mesa, Magnum sabe que não precisa abrir. Contudo, abre sem pressa, como se pudesse tardar o que seria anunciado:

Motivo do desligamento:

Alcançou a maioridade.

Despacho da autoridade judiciária:

Em razão do implemento da maioridade este juízo não é mais competente para aplicar qualquer medida protetiva, razão pela qual determino o arquivamento e baixa do processo. Expeça-se a guia de desligamento e arquiva-se com baixa. Intimem-se.

A insurgência de Magnum ou Um biografema que acende

A delicadeza surge como uma aparição, uma assunção do frágil, querendo como que sussurrar que “sem imaginação, morreríamos” (Jacques Rancière, 2005, p. 161).

É chegada a hora em que preciso lhe contar que Magnum não existe. Mas não posso... é que ele existe, sim. E existe com força. Faz eco em mim e exige que eu me faça outra. “Será que criei Magnum para ter um diálogo comigo mesma? Eu inventei Magnum porque preciso me inventar” (Clarice Lispector, 1999). Acontece que chegou um momento na composição do menino em que “o verbo já não era meu: me transcendia, era de todo mundo, era de Magnum.” (Clarice Lispector, 1999). De fato “essa vida <antes de ser biografada da forma como é> não era” (Luciano Bedin da Costa, 2011, p. 52).

Quando o pirilampo acende através da escrita, tagarela. Fala das meninas e dos meninos que conheci em instituições de acolhimento, de personagens da literatura, fala de mim e penso que fala de você também. Fala, acima de tudo, de misturas de corpos, “do estado de forças resultante dos encontros e forças maquinadas” (Luciano Bedin da Costa, 2011, p. 71). O que é que Magnum fala das nossas vidas? O que é que ele nos pergunta? O que é que ele nos mostra daquilo que temos dificuldade em enxergar?

Magnum nasce de um compromisso ético com minha pesquisa. Como contar uma vida? Como não expor, não colonizar? Judith Butler (2015) afirma que a impossibilidade de narrarmos plenamente uma vida indica que estamos eticamente implicados com ela. Minha preocupação inicial residia em não estilhaçar uma história. Tolice! A potência dos estilhaços está justamente na força com que se lançam ao mundo, nas direções inusitadas para onde disparam e na capacidade de habitar frestas e rachaduras, “um pouco como as cinzas que se atiram ao vento após a morte” (Roland Barthes, 2005, p. XVII). O perigo certamente não está nos pedaços, nos cacos, nas lascas. O cuidado deve ser o de não estratificar, não decalcar as vidas para que, assim, possam ser outras. Minha angústia de como escrever uma vida transformou-se em pista metodológica.

Ao aceitar a errância da escritura, no sentido de que jamais se poderá ser fiel ou dar conta de um vivido, já que a escrita faz desvios e é nômade, posso afirmar o que essa história não é. Não é uma biografia, não é uma narrativa de vida, também não é uma bricolagem, nem mesmo uma persona coletiva. É, então, por exclusão das nomenclaturas anteriores e por um enamoramento pujante, um biografema. Faço sua construção através do encontro com muitas vidas. Vidas reais, vidas ficcionais, vidas vividas. Busco pequenos fragmentos de vidas, no plural, para compor não um dueto, mas um coro inteiro. Logo, essa vida não é, mas bem que poderia ser...

Luciano Bedin da Costa, ao escrever sobre o que foi denominado por Roland Barthes de biografema, mostra que estilhaçar verdades é potência, é criar possibilidades. Há jeitos interessantes de contar a vida e, para isso, é necessário

tomar partido da biografia enquanto criação (e não somente como representação de um real já dado por um passado vivido) é colocar-se diante de uma política que se mostra contrária a todo uso biográfico que sufoca a vida, de toda estratégia ou metodologia thanatográfica (2011, p. 36).

Magnum inventado, agora, tem força de verdade, sua “voz é fantasmagórica, impossível, destituída de corpo e, mesmo assim, persiste, continua vivendo” (Judith Butler, 2015, p. 82). É sua existência que inaugura e abre passagens para as problematizações vindouras. O uso da estratégia biografemática não existe unicamente como ferramenta estética para a tessitura da escrita, mas sim como metodologia de pesquisa.

Em *A câmara clara*, o amável Roland Barthes (1984a) me oferece subsídios para pensar o processo de criação do biografema. Ao analisar fotografias e se interrogar sobre a ligação que tinha com elas, discorre sobre *studium* e *punctum*. O primeiro diz respeito a um interesse cultural, “que não quer dizer, pelo menos de imediato, “estudo”, mas a aplicação a alguma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoroso” (p. 45). Já o segundo atravessava esse campo de interesse, “parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar” (p. 46). *Punctum*, portanto, como algo que punge, corta, faz ferida. Mais adiante, Roland Barthes entende *punctum* de nova maneira, que não corresponde mais a forma, mas a intensidade com que um detalhe o atravessa.

Tomo, deste modo, os elementos que o fazem pensar nas fotografias e os transporto para a minha escrita. São os *punctuns* que me provocam palavras, cenas que me feriram, detalhes de vidas que me atravessaram com tamanha intensidade que foi necessário obliquar-me. Assim como o que importa para Roland Barthes (1984a) é a certeza de que o corpo fotografado o toca com seus próprios raios, também a mim fica evidente o modo com que me atingem os vagalumes. O eu dessa escritura é um eu afetado pelo outro. Pela outra. Por outros.

Através de detalhes que me arranham: biografema toma corpo.

Por meio de invenções, fantasias, rumores: empresto meu corpo.

Pela necessidade de restauração de corpos precários: dissertação encarnada.

O biografema pode ser compreendido como uma estratégia incapaz e inautêntica. O sujeito discutido neste trabalho perde seu lugar de autenticidade, de “verdadeiro”, já que aquela que escreve passa a ser uma fabuladora de realidade. Não há a intencionalidade de uma narrativa que se detenha a datas, cronologia ou linearidade, mas antes uma tentativa de criar biografias abertas, com múltiplas saídas, inclusive para vidas aprisionadas (Luciano Bedin da Costa, 2011). Assim, as fronteiras entre invenção e realidade se borram, já não é possível distinguir quais são os pequenos fragmentos de vida que alimentam a fantasia. Ademais, “a realidade é, no seu limite, uma dobra infinita de ficções” (Eugénia Vilela, 2010, p. 325).

Para Ewerton Martins Ribeiro (2015), o biografema impulsiona uma certa perscrutação. É aquilo que permite ajustar o zoom para se aproximar de um detalhe de vida, de nuances e ranhuras que só podem ser vistas de perto, com descabida atenção. Foi desse modo que *meu* biografema reclamou um campo, exigiu encontros cuidadosos para sua invenção. Então me aproximo do problema da atmosfera (Luciano Bedin da Costa, 2011). É necessário analisar não apenas as condições históricas, psicológicas e sociais para a escrita, mas também o campo que a torna possível, ou seja, a vida. Para continuar o biografema, que só se tornou possível por experiências (afetivas) vividas

por mim, foi necessário encontrar sujeitos: que fazem ou já fizeram morada em serviços de acolhimento, que trabalham nessas instituições, que pensam sobre processos de desligamento institucional.

Após o projeto ter sido aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE: 05402918.0.0000.5334), participei de uma reunião com o Centro de Ética em Pesquisa da Fundação de Proteção Especial (FPE) de Porto Alegre, com o objetivo de apresentar a proposta da pesquisa e pensar caminhos possíveis junto com a instituição. Nesse momento se iniciou uma construção conjunta, onde profissionais que atuam em serviços de acolhimento falaram de suas experiências e sugeriram tópicos importantes a serem discutidos. Depois da aprovação pela instituição, técnicas e técnicos dos serviços de acolhimento pensaram em jovens que demonstravam preocupação com essa temática e que tivessem entre 16 e 18 anos. Desse modo, as profissionais fizeram um convite prévio aos sujeitos e, a partir do aceite em conversar comigo, eu os encontrava. A escolha por jovens que já apresentavam questões referentes ao seu processo de saída foi pensada para que não se produzissem demandas naquelas e naqueles que ainda não demonstravam preocupações com o momento do desligamento.

Sugeriram que eu conversasse com quatro jovens. Desses, não pude conversar com uma menina de 17 anos, pois nas duas tentativas de contato com o serviço de acolhimento fui informada de que ela estava evadida. Assim, me encontrei com três acolhidos que estavam próximos do período do desligamento, e tive a oportunidade de conversar com mais um, já que ao me escutar conversando com as cuidadoras de uma casa, disse que tinha interesse de conversar comigo também. Tão logo sentei ao seu lado no sofá e o escutei. Esses contatos aconteceram individualmente, no tempo estabelecido por elas e eles. Em cada encontro, combinávamos o momento da próxima conversa.

Também encontrei uma jovem que já passou pelo desligamento institucional por maioria (em cafés ou às 21h de dias chuvosos em shoppings da cidade), e conversei com outro que fez 18 anos, mas continua em casa de acolhimento devido a demandas físicas. Dialoguei com técnicas preocupadas com o desligamento institucional por maioria, com jovens que, aos 16 anos, se desassossegam ao pensar no porvir, ainda, encontrei com pessoas atuando em projetos sociais voltados para as juventudes que discuto neste texto. Assim, cada encontro foi singular, livre, sem protocolos: abertura para o espontâneo do encontro; para o desejo. De alguns encontros nasciam biografemas

e, quando acontecia, lia e trabalhava o biografema com a vida que se abria para mim (e eu para ela). Em outra situação a conversa fluía quando acompanhada de doces, salgados e guloseimas. Também teve um encontro que exigiu muitos encontros: a escrita da vida. Ela queria sua vida contada, então, sentávamos juntas e escrevíamos, recheávamos suas passagens com fotos coloridas: escrever a vida também possibilitou inventar sua continuação.

Entretanto, não conversei com os meninos que saíram de instituições e foram para as ruas, não encontrei com a menina que aceitou dialogar, mas em seguida evadiu do acolhimento, não troquei palavras e olhares com quem encontrou no tráfico um jeito arriscado de sobreviver. Não caminhei ao lado de quem está na FASE, nem daquele que retornou para a família de origem e, em seguida, saiu de casa novamente. Não encontrei com as e os jovens que saíram há pouco de acolhimentos mas que os serviços já não sabem onde estão.

Uma pesquisa biografemática para a escrita de biografemas. A promoção de encontros que possibilitaram acessar detalhes, conhecer aquilo que poderia estar condenado a escuridão. O campo de pesquisa, portanto, como inspiração e contágio para a emergência de uma vida outra. Uma escrita que se pretende contaminada sabe de suas adicções: dependente de encontros que provoquem pensamentos e sentimentos nunca antes vividos.

Nesse sentido, intento uma metodologia enquanto aposta ética, que se propõe a tensionar uma política de escrita que alargue possibilidades de pensar o mundo e a produção acadêmica do conhecimento. Ética produzida pelo desconforto ao fazer uma pesquisa que, ao falar sobre outros, também fala de mim. Penso que essa preocupação sobre como poder lhe contar a vida de alguém de outro modo seja capaz de diminuir meus pavores frente ao que posso estar produzindo. É que, para ser sincera, “tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe” (Clarice Lispector, 1999, p. 19). Assim como para Roland Barthes (2003), a palavra me arrebatava pela ideia de que terei de fazer alguma coisa com ela. “É o estremecimento de fazer um futuro, algo como um *apetite*” (p. 146). Não há condição de possibilidade alguma de escrever sem me ferir e, como me foi alertado, de controlar que outras vidas sejam feridas também.

Essa pesquisa é também uma aposta na sensibilidade. Uma escrita que se arrisca na potência outrificante dos afetos, como destacou Peter Pál Pelbart (2014, p. 263), “cada vez que nos entregamos a um ser, a uma obra, a uma teoria, a uma aposta política, científica, clínica ou estética, instauramos um modo de existência e, assim, num efeito bumerangue, experimentamos um modo de existência (com suas derivas) para nós mesmos”. Escrevo sobre a vida para outrar também aos meus modos de existir.

Ao discorrer sobre o objetivo de sua pesquisa, Jacques Rancière dispõe de uma questão que visibiliza de que modo a estética compõe este trabalho, e qual a sua função. Na tentativa de restabelecer o sentido daquilo que é designado como estético, ele denomina como “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessa maneira de fazer e modos de pensabilidade de suas relações” (2005, p. 13). O estético está atrelado (dito uma vez mais), à ética e política. O modo de fazer pesquisa e a forma de visibilidade da mesma, buscam uma outra maneira de abordar a vida, na intenção de, como sugere Eugénia Vilela (2010), dar consistência àquilo que constitui o silêncio ou o grito dos sujeitos não reconhecidos pelo discurso político. A estética, portanto, como formadora de uma humanidade específica (Jacques Rancière, 2005).

David Lapoujade (2017), a partir do inventário elaborado pelo filósofo Étienne Souriau sobre as variadas existências que habitam o mundo, discorre sobre um tipo de existência mais frágil do que os seres inventados: os virtuais. Esses são sempre inacabados, exigem uma realização. O autor afirma que o criador se alimenta da incompletude dos virtuais para que possa criar novas realidades, “são os virtuais que introduzem um desejo de criação, uma vontade de arte no mundo” (p. 38). Virtuais, destarte, como condição daquilo que pode vir a ser. Entende que criar realidades é também um trabalho de afirmar a legitimidade dessas vidas no mundo.

Certamente o campo de virtualidades disponível para a composição desta escrita é contingenciado pelas minhas próprias possibilidades de ver e ocupar o mundo enquanto sujeito privilegiado (mulher e branca e cis-gênero e psicóloga e classe média e pós-graduanda e...), ainda assim, pode ser muitas. “Os virtuais estão aí, à nossa volta, eles aparecem, desaparecem, se transformam, à medida que a própria realidade muda; eles não têm nenhuma solidez, nenhum lugar determinado, nenhuma consistência”

(David Lapoujade, 2017, p. 38). Magnum se faz hospedeiro para o virtual, para esse campo de possibilidades do que se pode vir a ser, eu me faço hospedeira para Magnum. Deixo que ele se ocupe de mim para que eu possa lhe contar como sinto em mim a existência dele. Sempre que falo do outro não o digo fielmente, só posso dizer a partir de como seu mundo me afeta. E, assim, invento. Conceição Evaristo (2011) desafia que alguém relate com exatidão algo que aconteceu. Impossível. Todas as histórias são inventadas, inclusive as reais, quando contadas.

Fazer, pois, da pesquisa biografemática um exercício de liberdade. Liberdade, no sentido foucaultiano, que só pode existir a partir de relações de poder e resistência, uma liberdade que exige um caminho de cuidado de si, invenção de uma nova relação consigo mesmo. “A liberdade é da ordem dos *ensaios*, das *experiências*, dos *inventos*, tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, inventarão seus próprios destinos” (Alípio Sousa Filho, 2011, p. 16). É preciso deixar o outro viver, pois a vida é justamente aquilo que excede qualquer relato que se possa dar (Judith Butler, 2015).

Gosto de espaços que constroem frestas para a invenção, logo, a decisão metodológica também expõe o que é possível para mim. Escolher a invenção e deixar-me contagiar pela poética é um modo de suportar a dureza com que essas vidas se (me) mostram. É também tratar o texto de modo que ele reclame um respeito especial, nas palavras de Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998, p. 4) “tratar um livro como se escuta um disco”. Abrir espaço para o sensível integra o *cuidado de si mesma* durante o processo de pesquisa. “A gente precisa manter a fogueira acesa” (William Golding, 2014, p. 156), disse um dos meninos perdidos em uma ilha sem adultos, em que a fogueira significava a possibilidade de ser encontrado e poder viver uma outra vida. A poética, mesmo que frágil em minhas frases, é o que permite que minha fogueira não apague.

II

Hoje, entre intervalos na escrita forçados pela impossibilidade de desenvolver parágrafos e organizar ideias, procurei uma série aleatória para assistir. Optei por “casas extraordinárias” ou algo de título parecido. Só ao entardecer compreendi que não se

tratava de uma série acidental que me *desligava* da pesquisa. Apresentava casas feitas para passar finais de semana, casas para veraneios, casas para realização de sonhos. Casas-morada, casas-passagem. A pesquisa está mais em mim do que me é possível imaginar.



Se me escrevo nesta dissertação, é porque faço parte dela. Judith Butler (2015) discorre que na tentativa de fazer um relato de si mesmo, acaba-se percebendo implicado em determinada temporalidade social que acaba por exceder a própria narração. Assim, entendo que refletir sobre os processos de “saídas de casas” que se encontram comigo só é possível pelo campo problemático em que minha pesquisa se situa, pois caminho atenta aos encontros e desencontros. A autora salienta, ainda, que a vontade de relatar a si mesmo é também motivada pelo desejo de reconhecer e ser reconhecido pelo outro. Um desejo de toque.

“Saída de casa” exige aspas. Implica pensar o que constitui uma casa. O que é uma casa? Entre as muitas significações oferecidas pelo dicionário Priberam, a maior parte delas caracteriza o espaço de construção, de habitação, de partilha unifamiliar. Mas duas significações, em especial, exigem minha atenção. A primeira se refere ao “conjunto de pessoas da família ou de pessoas que habitam a mesma morada”⁶. Para que seja casa, na afirmação, é preciso que não se viva sozinho, que se compartilhe o espaço físico com a família ou com outras pessoas. Nos encontros que fiz, alguns jovens diziam “*tu podes me encontrar lá em casa*”, “*queria te mostrar uma foto, mas esqueci em casa*”. Outros, contudo, jamais nomearam a instituição de casa: “*lá no abrigo nem sempre é bom*”, “*vou pedir para ir morar em outro abrigo, cansei desse*”, “*as coisas mudaram muito depois que fui morar na minha casa*”. Ao conversarmos sobre essa questão, apareceram experiências singulares, visibilizando que não há consenso. Para algumas a instituição é casa, para outros a instituição é *abrigo*, é passagem. Assim, me demoro no outro significado de casa, proveniente da encadernação: “*espaço entre dois nervos, na lombada de um livro encadernado = entrenervo*”⁶. Parece que para alguns, a instituição de acolhimento é isso, entrenervo. Espaço entre um lugar e outro, entre o lar

⁶ Casa. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/casa>. Acesso em: 5 jul. 2019.

familiar e o lar para onde se irá após a saída da instituição. Mas, na possibilidade de flexionar a palavra, entre-nervos, espaço de nervosismo entre a saída da casa familiar e a necessidade de sair da instituição.

Sentir-se em casa é singular, depende da experiência de cada sujeito. Seja pelo tempo de permanência na instituição, pela presença ou não de irmãs ou irmãos no mesmo espaço físico, com quem se divide o quarto, do quanto se é escutada ou escutado. Depende, especialmente, da flexibilização de algumas normas institucionais. É possível sentir fome fora dos horários estabelecidos de café da manhã, almoço, lanche ou janta? A casa em que Magnum morava era casa para ele? Que casa é essa que o aprisiona no dia do velório de sua mãe? É possível que uma instituição seja casa, seja lar?

Através das arguições apresentadas, questiono-me sobre como produzir uma escrita ficcional que seja potente para a problematização do desligamento institucional por maioria, fazendo vibrar possibilidades de resposta para o problema: como, através do (des)encontro com as políticas públicas e da exposição da vida ao perigo, as e os jovens desligados institucionalmente por maioria produzem modos de existir no mundo?

Na tentativa de produzir respostas, intento aproximar-me das vivências de desligamento por maioria (de quem sairá das instituições e de quem já passou por esse processo) para compreender as singularidades do momento e, além disso, visibilizar como se produzem as tensões entre políticas públicas e sujeitos desligados institucionalmente. Para tanto, desejo produzir uma política de escrita que se constitua enquanto um fazer ético na pesquisa em Psicologia Social. Sublinho que essa escrita se quer política, assume o jogo do saber/poder. Michel Foucault (2005a) evidenciou que não existe saber descolado do poder, “o poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (p. 51).

O autor aponta também a existência de uma guerra permanente, em que nos situamos de um lado ou outro. Todavia, não basta saber que a guerra existe, “é preciso reativá-la, fazê-la deixar as formas latentes e surdas em que ela prossegue sem que a percebamos bem e levá-la a uma batalha decisiva para qual devemos preparar-nos, se quisermos ser vencedores” (Michel Foucault, 2005b, p. 322). Assim, a pesquisa se situa

em um campo de disputas, reivindica um lugar político, assume a existência da guerra e participa dela.

Desacolher, desabrigar, desligar?

“A Justiça está pedindo a minha vaga. Não sei para onde eu vou. Estou tipo uma bomba-relógio” (Joana Suarez; Natália Oliveira, s.a.).

“Repúblicas são promessas, mas **desligamento** do adolescente é certeza” (Caroline Queiroz, s. p., 2018, grifo meu).

“Em alguns casos, quando constata que o **abrigamento** foi indevido, o Ministério Público determina ao Conselho Tutelar o **desacolhimento** institucional” (Pedro Ferreira, s. p., 2014, grifo meu).

“O TEMPO acompanhou o processo de **desligamento** de adolescentes que chegaram ao abrigo empurrados por um misto de pobreza, violência e negligência familiar. Durante três meses, assistimos como esses garotos, que passaram uma vida institucionalizados, se prepararam para deixar de ter as garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – moradia, alimentação, assistência à saúde e educação – e foram novamente despejados na vida” (Joana Suarez; Natália Oliveira, s. p., s. a., grifo meu).

“O juiz de primeira instância deferiu em caráter liminar o **acolhimento** institucional da criança. O casal impetrou Habeas Corpus pedindo o **desabrigamento** da criança e a sua guarda provisória” (Jeitinho..., s. p., 2014, grifo meu).

Muitas nomenclaturas são usadas para referir o processo de saída de crianças e jovens de instituições de acolhimento: desacolher, desligar, desabrigar. Desde cedo essas noções me incomodam. Qual o peso de desacolher, desligar, desabrigar alguém? O que essas palavras nos dizem? Quais os sentidos produzidos quando as lemos em uma frase, como o exemplo das reportagens acima citadas?

O ECA, desde sua primeira versão, utiliza desligamento para o processo de saída das casas de acolhimento. Com a Lei nº 12.010/09, algumas alterações foram feitas no Estatuto, entre elas, a substituição do termo abrigo por acolhimento institucional.

Também o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), mesmo que mencione o acolhimento institucional na modalidade abrigo, refere-se ao processo de saída da casa de acolhimento como desligamento. No mesmo ano foi publicada a Instrução Normativa nº 3 de 03/11/2009, que, em seu Art. 1º, institui a Guia Nacional de Acolhimento e a Guia Nacional de Desligamento de Crianças e Adolescentes. Então, baseado nos documentos oficiais, entende-se que o modo mais adequado de nomearmos esse processo é desligamento.

Possivelmente, enquanto as instituições de acolhimento eram chamadas de abrigos, falava-se em abrigamento institucional e, logo, desabrigamento institucional. Do mesmo modo, pensando na lógica do acolhimento, tem-se o desacolhimento. Entretanto, as palavras não são inocentes, são através delas que atribuímos sentido ao mundo.

Desabrigar⁷:

1. Tirar o abrigo a.
2. Desamparar.
3. Sair do abrigo.
4. Despir a roupa de abafo.

Desacolher⁸:

1. Não acolher; repelir.

Desligar⁹:

1. Desunir (o ligado).
2. Desatar.
3. Desobrigar.
4. Absolver.

Ao falarmos em desabrigar e desacolher, se recorrermos para o significado presente no dicionário, estamos dizendo de um processo que parece acontecer sem o cuidado e tempo necessários. Desamparar, repelir, tirar a roupa que esquenta... Infelizmente, muitas vezes é isso que acontece: tira-se o abrigo. Des-acolher, utiliza-se o prefixo que sinaliza o processo de desfazer algo. Desfazer a acolhida? Prefiro acreditar que as crianças e as e os jovens que sairão de instituições possam sentir-se acolhidos nesse processo, cuidadas e cuidados. Assim, precisamos inventar novas

⁷ Desabrigar. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/desabrigar>. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁸ Desacolher. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/desacolher>. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁹ Desligar. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/desligar>. Acesso em: 12 jul. 2018.

palavras para o desligamento, com o objetivo de que possa ser produzido de outros modos.

Nas duas saídas da casa da minha família não me senti desabrigada, desacolhida ou desligada (tanto que retornei quando necessário). Movimentos de pensar a saída e organizar outros espaços de moradia foram investidos de cuidado e afeto. Porque teria que ser diferente em uma instituição? Há de ser sublinhado que o cuidado deveria ser mais vibrátil ainda, considerando que várias e vários jovens passaram longos anos de suas vidas institucionalizados, sendo tutelados quanto ao horário de dormir e acordar, de tomar medicação, de ir para a escola. Ao sair da instituição, há aqueles que não sabem nem o porquê dos medicamentos ou, no caso das meninas, que a injeção que faziam compulsoriamente a cada três meses era um método contraceptivo. Sei que as e os jovens, ao completarem 18 anos, não podem voltar para a instituição depois da saída, mas não poderiam continuar tendo a instituição como referência?

Enquanto não tenho palavra mais adequada, nomeio o processo como desligamento, corroborando com a expressão usada nos documentos oficiais. Essa palavra também não me agrada, parece técnica e pontual, cumprimento de protocolo. “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (Djamila Ribeiro, 2017, p. 41). Contudo, desligar: desliga-se o que está ligado. Vagalumes acendem, piscam, ligam. Desliga-se a luz dos vagalumes? Como produzir saídas que não provoquem tal apagamento?

Martha E. S. Silva (2010) sugere que o desligamento seja pensado através da ideia de desinstitucionalização preconizada pela reforma psiquiátrica, já que algumas e alguns jovens passam muitos anos nesses serviços, o que pode provocar certa dependência da instituição e, desse modo, dificultar a construção de autonomia. Assim, pensar em desinstitucionalização e não apenas em desligamento se refere a um processo de construção de independência, que deve ocorrer com o apoio de outros serviços da rede de assistência social, saúde e educação. Mesmo que a noção tenha sido elaborada para a saída de moradores de instituições asilares – hospitais psiquiátricos, casas de repouso com privação de liberdade -, pode ser atualizada no caso do desligamento institucional, em que pese a necessidade de promover possibilidades de pertencimento a outros espaços e de domínio sobre as atividades da vida diária.

Compartilhando da mesma preocupação, o Instituto Salesiano de Apoio aos Abridados – INSABRIGO, da Faculdade Bom Bosco, criou um projeto voltado para a realidade do acolhimento institucional. Possuem capacidade, no momento da presente pesquisa, para acompanhar 25 jovens. As atividades possuem duração de 2 anos e foram pensadas para acompanhar o processo de saída por maioria, oferecendo espaço de escuta e planejamento conjunto. Assim, o projeto dispõe de atendimentos de psicoterapia individual e grupal, bem como a oferta de formações para cuidadoras, cuidadores, técnicas e técnicos das instituições de acolhimento.

Para maior efetividade do projeto, estabeleceram parcerias com outras instituições: Instituto Salesiano de Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente – INSAPECA, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Conselho Tutelar, ONG'S e empresas. Objetivam acompanhar as equipes de acolhimento institucional através de cursos de formação continuada, bem como ofertar espaços de fortalecimento e organização do desligamento institucional para as e os jovens. Visam, ainda, fomentar a inserção em projetos de geração de renda e criaram espaços que facilitam a entrada na universidade. Promovem, também, o fortalecimento do apadrinhamento afetivo e encaminhamentos para adoção.

O projeto incentiva práticas de voluntariado, sendo que tanto as e os profissionais que ofertam atendimentos através dessa iniciativa, bem como os membros da comunidade que se aproximam das atividades desenvolvidas são voluntárias e voluntários. Isso acontece em consonância com os objetivos das Instituições Universitárias Salesianas, que possuem nos seus fundamentos preceitos religiosos, carregando consigo uma tradição de ajuda ao próximo. Desse modo, observa-se a herança da prática da caridade religiosa nesse espaço.

Diante dessa realidade ainda é possível vislumbrar o entrelaçamento entre o campo da Assistência Social e da caridade religiosa. Não se trata, neste trabalho, de fazer juízos de valor entre essa relação, apontando um certo ou um errado, mas sim de perceber que essa articulação, tão intensa no momento da consolidação do campo da Assistência Social enquanto política pública brasileira, ainda acontece. Portanto,

é possível perceber que a caridade, longe de ter desaparecido, foi incorporada no campo da Assistência Social, atuando tanto nas situações ditas emergenciais (na maioria das vezes produzidas pelo próprio sistema em que vivemos, caracterizado por uma permanente crise) como naquelas nas quais as políticas são tidas como insuficientes (Gabrielly Winter; Betina Hillesheim, 2019, p. 132).

Historicamente temos instituições filantrópicas vinculadas a grupos religiosos praticando ações assistenciais. Em nome da caridade foram, e ainda são, criadas instituições de cuidado e amparo, como asilos, creches, albergues e instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Essas associações, ao se institucionalizarem, solicitam auxílios do Estado e da comunidade para garantirem seu funcionamento. Entretanto, a partir da consolidação da assistência social como política pública na década de 1990, esta passa a ser a responsável prioritária para a garantia de direitos e para o enfrentamento da pobreza. Mesmo que tenha existido uma ruptura legal e discursiva nas ações assistenciais, é possível perceber certa continuidade de práticas de caridade nesse campo (Claudia Neves da Silva, 2006).

Desse modo, a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que garantiu a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano posterior, já estavam atravessadas por interlocuções com instituições religiosas e/ou de cunho caritativo. Compreende-se, portanto, que projetos não-estatais, a exemplo do INSABRIGO, compõe o campo das políticas públicas de Assistência Social, participando da rede de proteção e de garantia de direitos.

Contudo, percebe-se que, sutilmente, os discursos relacionados ao assistencialismo e caridade vão ganhando força dentro dos serviços do SUAS. Através do promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, popularmente nomeada de “PEC da morte” ou “PEC do fim do mundo”, congelou-se, por vinte anos, despesas primárias, ou seja, investimentos em políticas públicas promotoras de direitos humanos, acentuando a precarização do trabalho. Também as parcerizações, presentes há muito tempo entre SUAS e Organizações da Sociedade Civil (OSC), se intensificaram em Porto Alegre, sendo uma das estratégias encontradas para dar continuidade aos serviços existentes no município.

A gestão de muitos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes de Porto Alegre, através da reorganização, ficou sob responsabilidade das instituições parceirizadas. Movimentos intensos aconteceram também nos CRAS, em que grande parte do quadro de funcionárias e funcionários são contratados por essas instituições. Sabendo que as interlocuções citadas são importantes justamente por co-responsabilizar o Estado e a sociedade pela proteção dos cidadãos, e considerando que acontecem desde a fundação da política de assistência social, minha preocupação em relação à temática, neste momento, é outra.

Quando atentamos para as afirmações feitas em 2013 pela atual ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, de que a religião perdeu espaço na história, abrindo caminho para que a ciência se firmasse em espaços como as escolas, por exemplo, devemos nos preocupar. Coloca em xeque, uma vez mais, a laicidade do Estado brasileiro, apontando que a religião deve ocupar também a política. Parece, assim, que essas afirmações corroboram com a prática da gestão de alguns serviços públicos ser de responsabilidade de pessoas ligadas a instituições religiosas, sem o devido cuidado. Não é intenção, aqui, um aprofundamento nesta discussão, mas aparece enquanto um alerta para atentarmos ao porvir. As tensões entre “sujeito de direito” e “sujeito da caridade” seguem atuais, conforme discutido por Bruna Moraes Battistelli, Luciana Rodrigues e Lílian Rodrigues da Cruz (2018).

Para perceber vagalumes: encarnar o escuro

Escrever nem uma coisa
Nem outra -
A fim de dizer todas -
Ou, pelo menos, nenhuma.
Assim,
Ao poeta faz bem
Desexplicar -
Tanto quanto escurecer acende os vaga-lumes.
(Manoel de Barros, 1989, p. 5).

Estou em um sítio, é noite. Na minha frente, apenas árvores e ruínas do que antes da enchente eram casas de veraneio; escuridão. Atrás de mim, duas lâmpadas iluminam o espaço que era ocupado por uma mesa de sinuca. Eis que ele pisca: um vagalume! Dança pelo céu. Imediatamente me debruço a escrever. O vagalume desaparece. É preciso prestar atenção na aparição de um vagalume.



Escrevi que o processo de pesquisa se intenta aqui como um ensaio de liberdade e, portanto, como uma ética que se pretende a subjetivações outras, que tenta “extraviar-se, perder-se de si, perder seus conceitos anteriores, pensar seus próprios pensamentos, suspender suas próprias crenças, relativizar o que se sabe, relativização de si mesmo, das formas, das verdades aceitas, das hegemonias do mundo” (Alípio Sousa Filho, 2011, p. 24). Esse cuidado e essa ética precisam voltar-se e valer-se das incomodações que perpassam meu corpo.

Maria P. G. Meneses (2010) inicia o texto *Outras vozes existem, outras histórias são possíveis* com a seguinte pergunta: “como construir perspectivas alternativas sobre a produção de conhecimento sobre a ‘história do mundo’?” (p. 1). A autora afirma que “é cada vez mais patente que aqueles que decidem agir e atuar em prol de outras histórias, que procuram questionar e alargar o seu horizonte de pesquisa, precisam cruzar fronteiras disciplinares e geográficas” (p. 13). Longe de produzir um sujeito universal, intento contar outras histórias.

A inspiração luminescente emerge – para depois apagar por poucos anos – em uma palestra com o professor Fernando Bárcena (2014), na Universidade de Santa Cruz

do Sul - UNISC. Na palestra intitulada *La educación como profanación: en torno a una ética de la interrupción*, o autor espanhol sugeriu pensarmos a resistência como vagalumes: pontos que acendem e apagam rapidamente, mas que estão sempre em movimento. Não seriam as e os jovens em situação de acolhimento e desligamento institucional, vagalumes? Aparecem apenas quando acendem (quando incomodam, abalam nossas certezas ou nos mostram algo que até então não conseguíamos ver).

Georges Didi-Hubermam (2011) faz uma discussão interessante acerca da visibilidade em nossos tempos. Ao mencionar a grande luz (*luce*) e as pequenas luzes (*luciole*), o autor se apoia na tese de Pasolini de que os vagalumes desapareceram. Esse desaparecimento se refere ao aniquilamento da cultura popular pelo fascismo, toda uma realidade do povo que estava prestes a sucumbir. Entretanto, afirma que, sob a luz feroz dos projetores, Pasolini não conseguiu observar como os vagalumes sobreviviam, apesar de tudo. Aceitar esse desaparecimento seria agir como vencido, acreditar que a máquina cumpriu seu papel sem deixar espaço para resistência, seria não ver, por mais improváveis que fossem, os buracos “das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, do *apesar de tudo*” (p. 42).

Seria criminoso e estúpido colocar os vaga-lumes sob um projetor acreditando assim melhor observá-los. (...) Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores (Georges Didi-Hubermam, 2011, p. 52).

A luminosidade que permite ver aos vagalumes exige atentarmos para o escuro. Certamente os vemos melhor não incidindo sobre o espaço, holofotes. É necessário adentrar ao escuro para melhor entendê-lo. Giorgio Agamben (2009) nos diz que perceber o escuro é uma atividade que exige uma habilidade particular, já que teremos que neutralizar as luzes de nossa época na tentativa de olhar para trevas, sabendo que a mesma não pode ser separada das luzes. Andrea Cristina Coelho Scisleski e Simone Maria Hüning (2016) se questionam sobre como escrever no e com o escuro. Ao discorrerem sobre o jogo de visibilidade e invisibilidade na organização dos espaços urbanos, apontam que a cidade, ao se aproximar do escuro, o faz em uma tentativa de colonização e, por não ser uma incidência de luz democrática, escolhe o que deve ser visto e o que deve permanecer nas (ou ser empurrado para) zonas de escuridão. Nesse

sentido, elas perguntam sobre os modos possíveis de gerar visibilidades sem que se projetem sobre os espaços luzes seletivas e colonizadoras.

“Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? (...) Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão?” (Donna Haraway, 1995, p. 28). Não se trata de uma ideia de visão passiva, visão-espectadora. Amparada em Donna Haraway, entendo o olhar como uma percepção ativa, capaz de traduzir, capaz de produzir modos de vida. Para descolonizar o jogo de luz e sombras é necessário, como assinalaram Catarina A. Gomes e Maria Paula Meneses (2011) ampliar os espaços de produção de conhecimento, para que não sejam normativos e unívocos. Isso exige adentrar ao escuro, escrever a partir de espaços de poucos clarões.

Acredito que Ismênio discordaria em nomear-se vagalume: “Nossa vida tem praticamente a mesma duração de um relâmpago, mas ele tem luz. Nós? Já nascemos apagados” (Evandro A. Ferreira, 2017, p. 116). Seu amigo Seleno, entretanto, reconhece que se faz ver aos olhos alheios, diz: “Impossível passarmos despercebidos, às escondidas, pelas ruas - mesmo a furta-passo: corpos catíngos nos punham em acentuado relevo. Jeito circunstancial de mostrarmos, sem reboço, nossa, digamos, concretude” (p. 143). As visibilidades engendram um paradoxo nessas vidas. Ao mesmo tempo em que são visibilizados por seus movimentos considerados não adequados, que passariam despercebidos se fossem jovens brancos de classe média, também são invisibilizados em seus desejos e necessidades. Nessa perspectiva, entendo que aqueles que passam por desligamento institucional vivem no escuro, espaços de pouca luminosidade. Contudo, criam fendas, brechas e, ao acender, insurgem. Acender, portanto, como rebeldia, como aquilo que emerge do/no escuro e brilha, impedindo que os olhares não se voltem aos seus corpos. Acender: reivindicar o direito à vida.

Seleno, Ismênio e Eurídice são jovens que habitam as ruas, denunciados por seus ranhos e remelas, por seus corpos enferrujados e fedentinosos, como tantas vezes descreveram. Ele, Seleno, afirma que o abandono amplia a invisibilidade, e que as feridas [do abandono] não cicatrizam nunca. Sei que a realidade das e dos jovens desligados institucionalmente não é igual à farândola do livro de Evandro A. Ferreira (2017), mesmo que algumas e alguns façam do céu do *Relento* seu teto após a saída das instituições de acolhimento, entretanto, há algo que irrompe em suas vidas: abandono.

Sucessivos abandonos. Alguns, de fato, abandonados pela família, outros, porque fez-se com que suas famílias os abandonassem: ao incidirem a forte luz dos projetores para observar o que deveria ser cuidadosamente analisado, inclusive, no escuro, ofuscam a tentativa de sustentar um outro cuidado possível. Abandonados pelas instituições que os acolhem e pelas leis que, até a saída da instituição de acolhimento, tinham tanto poder em suas vidas.

Em 2011, 2.624 serviços de acolhimento localizados em todo o Brasil foram visitados para a produção do Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. Com a pesquisa averiguou-se que menos de 50% dos serviços realizavam ações para o desligamento por maioria (43,3%). Ana L. M. Martinez e Ana P. S. Silva (2008) afirmam que através da ausência de programas de reintegração familiar, da baixa escolaridade dos jovens e do longo vínculo de institucionalização, o momento de desligamento institucional por maioria deixa aparecer contradições e a falência das políticas de proteção, o que “significa dizer que a própria política, que deveria ter agido para dirimir possíveis efeitos da vitimização das crianças, produziu ou ao menos reforçou processos de desigualdade social” (p. 116). Ainda, há uma lacuna para o atendimento desse público nos serviços de acolhimento, intensificada pela

maior precariedade no atendimento aos problemas de saúde, com destaque para a questão do uso de drogas e dos problemas de comportamento; visão preconceituosa de parte dos profissionais do Serviço de Acolhimento Institucional, balizadas na forma diferenciada de lidar com adolescentes; frágil apoio às condições de aprendizagem escolar e de preparo profissional; escassa preparação para o desligamento por maioria; e pouca presença de serviços especializados que deem apoio aos jovens no período pós-desligamento por maioria (Simone G. Assis; Luís O. P. Farias, 2013, p. 354).

Do mesmo modo, Aline C. Siqueira (2006) constatou que não há acompanhamento pós-desligamento na instituição em que desenvolveu sua pesquisa, nem por parte do serviço, nem por outros órgãos públicos. Assim, entende que os abrigos residenciais não possuem planejamento para o processo de desligamento e acompanhamento de egressos pela dificuldade de trabalhar isoladamente e pela carência de apoio de políticas públicas.

Já na pesquisa de mestrado de Ana Paula Granzotto de Oliveira (2016), sobre o caráter transitório dos acolhimentos institucionais em dois serviços de Porto Alegre, a temática do desligamento institucional apareceu através de desconfortos presentes nas equipes que efetuam o cuidado. Um dado interessante para pensarmos sobre as possibilidades após o desligamento institucional é o alto número de jovens acolhidos que estiveram em situação de rua: 89% em um serviço de acolhimento e 55% em outro. O índice do primeiro serviço é mais elevado por acolher unicamente juventudes. Se muitos desses acolhidos estiveram em situação de rua, podemos deduzir que seus vínculos afetivos estavam fragilizados e, desse modo, a possibilidade de voltarem à rua é considerável. Nas entrevistas realizadas, um paradoxo se delineou: como pensar perspectivas a médio e longo prazo com as e os jovens ao mesmo tempo em que se deve trabalhar em prol da transitoriedade?

De acordo com o ECA, a medida de acolhimento institucional deve acontecer em caráter excepcional e provisório, sendo garantida a reavaliação da situação a cada seis meses. Se os esforços dos serviços de acolhimento devem privilegiar a preservação dos vínculos familiares e comunitários, bem como investir na tentativa de acolhimento em família substituta, é desafiador pensar em um plano preparatório para o desligamento institucional por maioria. Para tanto, é necessário investir nos vínculos existentes, mas potencializando também outras relações de afeto e pertencimento. Há de se considerar que o acompanhamento de egressos deveria acontecer não apenas no desligamento por maioria, mas também nos casos de adoção, família substituta ou retomada ao convívio familiar. Diante da precarização dos serviços, tanto nas instituições de acolhimento quanto do Conselho Tutelar, esse acompanhamento se torna raro.

Mariana Belluzzi Ferreira (2017), para realizar uma pesquisa sobre os impasses do desligamento institucional por maioria (ela denomina como desacolhimento institucional) em São Paulo, realizou conversas em grupo com integrantes da rede socioassistencial e intersetorial do município de São Mateus, bem como ofertou escuta psicanalítica para dois jovens que estavam em processo de desligamento no momento da pesquisa. Inicialmente, percebeu que o problema do desligamento institucional residia na falta e/ou aplicação de políticas públicas, bem como na incapacidade dos jovens de realizarem com maior autonomia as atividades da vida diária. Entretanto, foi-

se delineando a centralidade das instituições de acolhimento para a efetivação do desligamento, não existindo implicações e investimentos da rede socioassistencial ou de saúde. Do mesmo modo se apresenta a questão ao setor judiciário: emitem compulsoriamente a Guia de Desligamento, enquanto sentença jurídica e ponto. Em um dos grupos, um representante do Poder Judiciário afirmou que “ao completar a maioridade, o adolescente some, deixa de existir para o Direito” (Mariana B. Ferreira, 2017, p. 68).

Nesse sentido, coloca-se o desligamento institucional como uma questão que deve ser compartilhada por diversos serviços e articulada ao território. Saliento um dado interessante no que se refere ao trabalho do CREAS no município de realização da pesquisa citada: ao trabalharem com sujeitos maiores de 18 anos em situação de rua, perceberam que boa parte deles vivenciou, em algum momento da vida, o acolhimento institucional. Ou seja, muitos desses jovens se encontram com esse serviço da Assistência Social após algum tempo de sua saída das instituições, quando a vida fica mais precária e outros direitos são violados. As equipes percebem ausência de ferramentas para que o desligamento institucional por maioria aconteça de modo mais saudável, como cursos profissionalizantes, auxílio a moradia e a convivência comunitária (Mariana B. Ferreira, 2017). Ao passo em que as e os jovens permanecem invisibilizadas e invisibilizados quanto aos seus direitos, não são abandonadas e abandonados apenas pelos serviços de acolhimento, mas pela “própria política socioassistencial, evidenciando, em alguns casos, a ativa produção de abandono pelo Estado” (p. 186).

As aplicações das diretrizes legais, sejam àquelas previstas na Constituição Federal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere aos direitos fundamentais, que propiciam condições de liberdade e dignidade, ficam fragilizadas. Deste modo, a não aplicação das leis, que se concretiza com a omissão dos agentes políticos, legitima o afastamento do Estado. Nessa acepção, Georgia Amitrano (2014) sugere que as abandonadas e os abandonados têm “o direito a igualdade suspensos não somente por uma determinação jurídica, mas antes, pela impossibilidade de o Estado e suas instituições fazê-lo cumprir” (p. 90).

Neste momento me dobro a um questionamento: o que faz com que essas e esses jovens passem de crianças a serem amadas e protegidas a sujeitos autorizados a exposição ao perigo?

É importante ressaltar a escolha pelo termo perigo, no lugar de risco. Robert Castel (1987) discute que a noção de risco aparece a partir da transformação das formas de gestão da população, que passou de um gerenciamento das próprias patologias para o governo dos riscos presentes em determinados grupos. Podemos entender que o

risco não se relaciona à existência de um determinado perigo, mas à probabilidade do aparecimento de comportamentos indesejáveis, a partir da colocação da pessoa ou do grupo de indivíduos, em relação a uma série de fatores. Assim, prevenir é, antes de tudo, vigiar, ou seja, antecipar o surgimento de acontecimentos indesejáveis naquelas populações definidas como portadoras de risco (Lílian Rodrigues da Cruz; Betina Hillesheim, 2008, p. 195).

O perigo, nesse sentido, é tido como aquilo que não se pode calcular, enquanto que o risco pode ser mensurado através de cálculos de probabilidade e, portanto, ser prevenido, vigiado e controlado. A noção de risco nasce articulada ao biopoder, compondo com as estratégias de controle da população: “a noção de risco possibilita neutralizar a ideia de perigo, a partir da antecipação do mesmo e da vigilância sobre as situações que possam causá-lo” (Lílian Rodrigues da Cruz; Betina Hillesheim, 2008, p. 195).

Entendo perigo, aqui, como toda situação que pode causar danos aos sujeitos. O gerenciamento dos riscos acontece, justamente, para que o perigo seja atenuado, minimizado. Contudo, ao notar um vácuo de políticas públicas para a preparação e acompanhamento ao desligamento institucional, pouco se evidenciam ações no sentido de gerenciamento dos riscos. Na falta dessas estratégias, parece que as e os jovens ficam expostos diretamente ao perigo, como aconteceu com Lucas, amigo de Magnum, que virou reportagem de jornal ao fazer de um espaço público, seu teto. Mais do que exposto ao perigo, Lucas passa, naquele momento, a ser também perigoso. Assim, é levado para a delegacia para prestar contas à lei.

Algumas teorias como o racismo, a degenerescência, o darwinismo social e a eugenia colaboraram para a produção de relações causais entre pobreza e vulnerabilidade com criminalidade e violência (Cecília M. B. Coimbra; Maria L. Nascimento, 2009). A infância pobre é aquela que está em perigo, “aquela que ainda não delinuiu mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social” (p. 2). Justifica-se, então, a necessidade do acolhimento institucional dos filhos da pobreza, visando seu cuidado e, mais do que isso, sua tutela.

Em 2007, pesquisadores da PUC-RS e da UFRGS tentaram, através de um projeto, examinar o cérebro de jovens infratores com a intenção de mapear as manifestações de base biológica da violência e delinquência (Cecília M. B. Coimbra; Maria L. Nascimento, 2009). Esse esforço demonstra que as práticas eugênicas se atualizam no contemporâneo, procurando explicações orgânicas que justifiquem, com maior força, quem são os inimigos. De modo semelhante, em junho de 2018 foi assinado, em Porto Alegre, Termo de Cooperação entre o Ministério Público, Município de Porto Alegre, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e a Bayer S/A, para que as jovens em situação de acolhimento institucional tenham acesso às políticas de saúde da mulher e planejamento reprodutivo. A ação se refere a inserção do anticonceptivo SIU (Sistema Intra Uterino Liberador de Levonorgestrel) em 100 meninas que deverão ser acompanhadas por 7 anos (MP..., 2018). Professoras e professores da UFRGS organizaram abaixo-assinado¹⁰ pela suspensão do Termo de Cooperação, alegando que a atividade remonta às políticas eugenistas de controle da natalidade, falta com ética por se destinar a um público jovem e vulnerável, além de possuir sérias implicações bioéticas.

Mas como essas ações podem se concretizar em tempos de exercício do que Michel Foucault (2005b) denominou de biopoder - poder que investe na vida, que produz sujeitos mais saudáveis e que potencializa sua educação? Como é possível que a mesma biopolítica que almeja, sobretudo, “melhorar a sorte da população, sua duração de vida, sua saúde” (Michel Foucault, 2005b, p. 289), seja também produtora de morte?

¹⁰ Abaixo-assinado disponível em: <https://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/42170>.

É através do conceito de governamentalidade, de uma arte de governar, que se percebe um deslocamento do governo da família para o governo da população, que seja, o controle da natalidade, mortalidade, epidemias (Michel Foucault, 2003). Se há um poder que *faz viver*, que investe na vida com o objetivo de melhorar a sorte da população, ele também *deixa morrer* aqueles entendidos como ameaçadores. Para o autor (2005b), o que assegura o poder assassino do Estado em tempos de biopolítica é o *racismo de estado*. A função do racismo é a de fazer um corte entre os que devem viver e os que devem morrer, é “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (Michel Foucault, 2005b, p. 305). O racismo, portanto, se desenvolve *primo* do genocídio colonial, servindo de justificativa para legitimar a morte dos indesejados.

Cesar Candioto afirma que “não se deixa morrer ou se faz morrer para fazer viver, na verdade, permite-se e administra-se a desordem expondo a vida ao perigo e à insegurança para poder regulá-la melhor e controlá-la em seu dinamismo cotidiano” (2011, p. 95). Podemos inferir que, sob a égide da biopolítica, a vida das e dos jovens desligados institucionalmente pode ser exposta aos riscos e perigos e, assim, à morte. Tendo em vista as marcas da colonização de nosso país e dos mais de 300 anos de escravização, a validação do não investimento na vida de alguns também é demarcada espacialmente.

A cidade do povo colonizado, ou a cidade indígena, a cidade negra, a reserva, é um lugar de má fama, povoado por homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz (Frantz Fanon, 1968, p. 29).

É também a herança colonial de delimitação dos espaços que podem ser ocupados pelos sujeitos (os escuros das cidades), que garante, por exemplo, que moradores de um bairro central em que há uma instituição de acolhimento elaborem abaixo-assinado para que a instituição seja realocada. Esse movimento corrobora com a ideia de que são pessoas que vieram de comunidades perigosas e, devido a sua condição de pobreza e vulnerabilidade, estão facilmente propensos ao crime e, por isso, ameaçam à comunidade.

Em 2005 criou-se a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) que pretende, entre outras ações, a consolidação e execução de Políticas Nacionais de Juventude e, em 2013, foi publicada a lei nº 12.852, que instituiu o Estatuto da Juventude. Nele, os direitos à saúde, educação, trabalho e cultura são reafirmados, acrescidos aos direitos à livre orientação sexual, ao território, participação social e sustentabilidade. Também definiu princípios e diretrizes para o fortalecimento de políticas para a juventude. São consideradas e considerados jovens aquelas e aqueles com idade entre 15 e 29 anos. Se políticas públicas são criadas como respostas a problemas sociais, podemos concluir que a juventude se apresenta como um campo problemático, ao qual alguns programas¹¹ efetivados pela SNJ tentam minimizar.

Entretanto, se parece existir um espaço de abandono Estatal aos jovens desligados institucionalmente e uma não efetivação de ações e políticas públicas nesse campo e, conforme citado, existem programas voltados para a juventude, então há produção de desencontro entre esses sujeitos e as políticas para as juventudes. O que esta ausência/falta/desencontro nos diz? *Deixar/fazer morrer...*

Endureci. Esses conceitos me fazem escrever de um jeito frio e distante. Mas como escrever de modo sensível sobre políticas de morte? Sobre espaços anêmicos que abandonam juventudes? É preciso ter coragem para estetizar o sofrimento. Existem as grandes luzes e as pequenas luzes e, assim como existe uma literatura menor como mostram Gilles Deleuze e Félix Guattari (2017), existe uma luz menor: com coeficiente de desterritorialização, em que tudo é político, que adquire um valor coletivo (Georges Didi-Huberman, 2011). O menor “não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida)” (Gilles Deleuze; Félix Guattari, 2017, p. 39). Para Betina Hillesheim (2008) o sentido de menor amplia, passando a funcionar de outros modos. “Se, por um lado, coloca-se como condição de inferioridade e desvalorização, por outro, mostra-se

11ID Jovem, Programa Estação Juventude, Plano Juventude Viva, Juventude Rural, Participatório – Observatório Participativo da Juventude, Vale Cultura, Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs , Cotas no Ensino Superior, Idiomas sem Fronteiras, Ciência sem Fronteiras, Sistema de Seleção Unificada - Sisu, Programa Mais Educação, Programa de Financiamento Estudantil - FIES, Programa Universidade para Todos – Prouni, O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Projeto Rondon, Programa Nacional de Educação no Campo -Pronacampo, Pronaf Jovem - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador.

como potência, criação, algo que beira o impossível, que se constitui como algo que está em vias de se fazer” (p. 35). Esse caráter ambíguo se faz presente no cintilar dos vagalumes.

Como afirma Georges Didi-Huberman, “há sem dúvida motivos para ser pessimista, contudo é tão mais necessário abrir os olhos na noite, se deslocar sem descanso, voltar a procurar os vaga-lumes” (2011, p. 49). Cartografar, pois, as políticas de morte, mas também os lampejos inventivos de vida.

Alertas para estremecer a (sua) casa:

Precariedade, luto, políticas de vida e morte

A noite era uma possibilidade excepcional. (...) Assim como uma pessoa vai pouco a pouco se habituando ao escuro e aos poucos enxergando. Aos poucos enxergavam o Ela-ele e quando o Ele-ela lhes aparecia com uma claridade que emanava dela-dele, eles paralisados pelo que é Belo diriam: “Ah, ah”. Era uma exclamação que era permitida no silêncio da noite (Clarice Lispector, 2016a, p. 478-179).

Aurora

[De longe as avistei vindo em minha direção. Caminhavam de mãos dadas enquanto conversavam e trocavam sorrisos. Deviam ser elas! Mais alguns passos e pude ler os dizeres que vestiam... “Lute como uma garota” e “Ninguém solta a mão de ninguém”. Por favor, que sejam elas, pensei. E eram].

Aurora acabara de chegar em casa quando tocaram a campainha. Levantou da cadeira e se pôs a olhar o espaço que desejava mobiliar. Aqueles eram os primeiros dias na peça que conseguira alugar com o dinheiro guardado do seu estágio. Ela sabia há bastante tempo que teria que sair da casa de acolhimento quando completasse 18 anos. Semanas antes, debruçou-se demoradamente para encontrar um lar que pudesse pagar. Há duas semanas de seu aniversário, uma técnica perguntara se ela já sabia para onde iria. Aurora sabia, tinha se organizado sozinha. Com seu sorriso encantador, abriu a porta: aí estava a prometida cesta básica organizada para dar suporte aos jovens que saem de abrigos. Dispôs os alimentos sobre a mesa, separou-os, guardou uma parte no armário da cozinha e a outra devolveu à sacola. No dia seguinte tomou seu café da manhã sem pressa e, ao sair de casa, levou consigo a sacola de alimentos. Após caminhar algumas quadras entregou parte de sua cesta para uma amiga. Ninguém a ensinara a cozinhar.

Judith Butler (2018a) nos convoca a uma nova ontologia corporal – de um corpo social que depende de outros e carrega vulnerabilidade - para repensar a precariedade, o desejo, a exposição. Esse movimento implica reconhecer o “ser” como entregue a outros, como dependente de normas e organizações capazes de maximizar ou minimizar a precariedade da vida. Desse modo, apresenta-se a problemática de como apreender uma vida, qual seja, como uma vida é reconhecida. A partir do entendimento de que todas e todos estão, em alguma medida, nas mãos de outros, a autora entende a precariedade como uma condição compartilhada por todas e todos: somos vidas precárias.

Afirmar essa precariedade é assumir que “a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (Judith Butler, 2018a, p. 40), ou seja, é preciso que existam condições que façam essa vida ser vivível. Erroneamente eu poderia compreender que quanto mais uma vida depende de outras, maior sua precariedade. Logo, se mais precisa de políticas públicas, mais precária. Contudo, essa pesquisa assume outros contornos. Os encontros no campo apontam para vidas mais precárias do que aquelas que posso acessar: jovens que moram na rua, que tem envolvimento com o tráfico, aqueles ameaçados de morte ou cumprindo medidas socioeducativas. Isto posto, é necessário assumir a diferença entre precariedade e condição precária.

A precariedade exprimi aquilo que é comum a todas as vidas, que não garante, jamais, sua persistência. A condição precária designa uma condição politicamente induzida em que determinados grupos sociais ficam expostas a violência e a morte. Expressa, pois, uma maximização da precariedade em função da violência do Estado onde

estar protegido da violência do Estado-Nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-Nação; assim, depender do Estado-Nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra (Judith Butler, 2018a, p. 47).

Assim como o Estado age no momento do acolhimento institucional para proteger as vidas da violação de direitos, é também ele que pode produzir uma série de outras violências, como é possível notar no momento em que não efetua o desligamento

institucional de modo adequado e deixa-se as e os jovens à *própria sorte*, abandonados. Também em Giorgio Agamben (2002) é possível visualizar o caráter ambíguo presente nessa realidade. Abandonado... bando. Bando é aquele remetido à própria separação, mas que também fica à mercê daquele que o abandona, estando, então, dispensado e capturado.

Nessa perspectiva é possível considerar que o Estado maximiza a precariedade das e dos jovens no momento em que não atua para sua autonomia. Como, após longos anos de institucionalização, saber qual de seus remédios deve ser tomado em determinado horário? Como marcar uma consulta médica? *Preciso de cartão SUS para ser atendido no hospital? Como me deslocar pela cidade sem meu cartão de transporte? Onde está minha carteira de vacinação? Como fazer o dinheiro durar o mês inteiro? O que fazer com toda essa comida se não sei cozinhar?* Cabe transcrever uma das perguntas de Judith Butler: “como começar a pensar em maneiras de assumir a responsabilidade pela minimização da condição precária?” (2018a, p. 57).

Fôlego. Vivencio relatos dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Acompanhamento ao Desligamento Institucional (NADI), da Fundação de Proteção Especial (FPE), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, responsável por realizar acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Porto Alegre. O núcleo foi pensado para suprir algumas necessidades básicas daquelas e daqueles que saem de instituições, como cesta básica para alimentação e produtos de higiene. Contudo, sabem que mesmo que necessárias, essas contribuições não minimizam os sofrimentos decorrentes do processo de desligamento.

Nessa perspectiva, investem na realização de círculos da paz com jovens em processo de desligamento. A metodologia, muito utilizada pela justiça restaurativa, visa um espaço acolhedor para a resolução de conflitos. No Núcleo de Acompanhamento ao Desligamento Institucional os círculos foram organizados para melhor escutar as demandas das e dos jovens, além de ajudá-los a construir movimentos possíveis para a saída do acolhimento. O espaço fortalece o pensar coletivo, em que acolhidas, acolhidos, técnicos e representantes de instituições possam se escutar e pensar juntos. Intenta-se, com o fortalecimento do projeto, que todas e todos os jovens acolhidos

possam participar de círculos da paz antes e após o desligamento institucional. A iniciativa, portanto, aproxima-se da orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere a manter programas de acompanhamento de egressos e corrobora com o dever do Estado de minimizar a precariedade das vidas.

Os círculos da paz conquistaram espaço fora da justiça restaurativa, adentrando escolas, serviços de saúde e espaços comunitários. São encontros que se propõem a escutar histórias pessoais com respeito e atenção. No meio do círculo, geralmente no chão, espalham-se materiais inspiradores (fotos, poesias, músicas, objetos). Há presença de um objeto da palavra, marcado por conceder o direito de fala para todas as pessoas que integrarem o círculo. Assim, cria-se um momento em que todas e todos possuem espaço de fala, de escuta, de compartilhamento de experiências, medos, angústias e também vitórias.

No entanto, é no mínimo curiosa a aproximação de práticas da justiça restaurativa com situações de acolhimento ou desligamento institucional. Olhando com maior distanciamento, poderíamos inferir que o Estado pressupõe a presença de violência nesses jovens, ou, de outra perspectiva, que se propõe a educação para a paz após ter sido, o próprio Estado, atuador de violações de direitos. Mesmo que necessárias essas ponderações, a prática dos círculos de construção da paz pelo Núcleo de Acompanhamento ao Desligamento Institucional tem se mostrado uma ferramenta potente para melhor conhecer os que estão nesse processo, criando movimentos singulares que tentem sanar algumas necessidades imediatas, oportunizando lugar seguro para pensar a saída. Tem o compromisso de escutar vozes: Estado minimizando tardiamente as precariedades que pode ter maximizado.

Para Judith Butler (2018a), estando a vulnerabilidade associada a arranjos institucionais e sociais mais do que com características pessoais, são nos arranjos que se deve mexer. O fortalecimento da autonomia precisa se fazer movimento desde a entrada nas instituições de acolhimento, e não somente na iminência da saída. Uma preparação gradativa para o desligamento institucional implica no alargamento das relações sociais das e dos jovens, na aposta do fortalecimento de vínculos (com a escola, com as unidades básicas de saúde, com os cursos profissionalizantes, com o apadrinhamento afetivo...), a facilitação de acesso aos espaços comunitários da cidade, a liberdade de

transitar pelas cozinhas das casas de acolhimento e auxiliar na preparação das refeições, uso da lavanderia para o cuidado das roupas, acompanhar e ensinar uma organização possível do dinheiro com aqueles que recebem auxílios e investimento nas possibilidades de trabalho e fontes de renda para aqueles que não contam com benefícios, fomentar aproximação com atividades culturais e artísticas.

Novamente é preciso apontar para o desafio que consiste a formulação de ações que invistam, ao mesmo tempo, no caráter transitório preconizado pelo ECA e na preparação gradativa para o desligamento institucional por maioria. Nesse sentido, é preciso que os mais variados campos das políticas públicas estejam implicados no processo, não sendo possível que uma única instituição seja responsável. Os esforços devem ser das instituições de acolhimento, dos serviços de saúde e educação, do judiciário, do Conselho Tutelar, entre outros. A saída por maioria, mesmo que às vezes pareça surpresa, não é inesperada. Sabe-se que jovens são desligados de instituições em função da maioria, cabe pensarmos coletivamente em como é possível uma maior responsabilização pública.

Na medida em que não pode haver vida sem condições que a sustente, nossas obrigações e responsabilidades públicas são com as condições que possibilitam a vida. É preciso operar sua sustentação fora das instituições, enquanto as e os jovens ainda as habitam. Sustentar condições para a existência é, portanto, “nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais árduas” (Judith Butler, 2018a, p. 43).

As experiências de maior vulnerabilidade no que se refere à privação social e econômica, quando um sujeito não possui moradia ou emprego, por exemplo, evidencia não apenas a precariedade enquanto indivíduo, mas também o fracasso das instituições econômicas e políticas. Sendo a vulnerabilidade individual socialmente provocada, é de nossa responsabilidade desconstruir a noção de uma responsabilidade individualizada para que as discussões sobre a dependência mútua possam adentrar os mais diversos lugares (Judith Butler, 2018b).

O tempo em que escrevo essa dissertação é marcado pela ascensão da extrema-direita ao poder no Brasil. O golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, nomeado de impeachment, arrebentou a porta que com fragilidade continha as

expressões de ódio espalhadas pelo país. Com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, um presidente machista, sexista, misógino, autoritário e violento, e sua incapacidade de governar com seriedade e respeito, a crise política e econômica se acentuou, promovendo mais desconfiança com as instituições brasileiras. Se por alguns anos já não víamos sentido em debater esquerda e direita tão acirradamente, o tempo presente exige que tomemos posição. Nesse sentido, a cada semana em que me ateno a escrever há novas declarações do antipresidente, como bem denominado por Eliane Brum (2019). Decretos, leis e afirmações que me atingem, mas que tocam mais diretamente aos jovens que pesquiso: cortes mais acentuados nas políticas de assistência social, saúde e educação, declarações atenuando a seriedade do trabalho infantil, falas racistas que autorizam a violência contra jovens negros, enaltecimento da meritocracia e do individualismo.

Nessa perspectiva, termos um chefe de estado que autoriza e incentiva a violência contra todos aqueles que não são como ele, produz mais intensamente o não-reconhecimento de alguns como humanos, diminuindo as possibilidades de afirmação de vidas dissonantes. Se antes, através de políticas de inclusão e discussões sobre a expansão do acesso a cidadania tentávamos garantir o respeito às diferenças, hoje vemos demarcações mais incisivas sobre quais vidas *merecem* viver e quais não *merecem*.

Quais humanos são dignos de reconhecimento na esfera do aparecimento e quais não são? Que normas racistas, por exemplo, operam para distinguir entre aqueles que podem ser reconhecidos como humanos e os que não podem? (Judith Butler, 2018b). Para a autora, somente através do reconhecimento de que existem condições de interdependência que sustentam nossa persistência e florescimento, conseguiremos lutar por pautas políticas tão ameaçadas neste momento de crise política e econômica.

Luca

Luca lembra com carinho do amigo que evadiu do abrigo aos 17 anos. “Ele queria liberdade!”. Olha para o porta-retratos vazio sobre a penteadeira enquanto fala, penso que ali deveria ter uma fotografia de Joaquim. “Mas ele se perdeu, sabe?”. Não

sei. “Voltou para vila¹²... e quando não se tem emprego na vila, tem que ir para o tráfico. Ele levou um tiro, não sei se de policial ou de bandido”. Mais uma pele preta rasgada pela bala. Ninguém sabe de seu velório. Ninguém sabe onde foi enterrado. Aqui, de onde estou, deixo uma lágrima cair e lhe dou adeus. De nada adianta. Chove tempestivamente em Porto Alegre.

O reconhecimento do valor de uma vida pode ser medido através de sua possibilidade de ser enlutada (Judith Butler, 2018a). Evidentemente a autora não trata do luto enquanto uma expressão subjetiva ou clínica, mas antes de um luto coletivo, que carrega em si uma dimensão ética, política e social. Para ela, o valor de uma vida aparece de fato quando sua perda tem importância, assim “a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda a vida que importa” (p. 32). A violência do Estado não se evidencia apenas no modo como as pessoas morrem, mas também através da divisão desigual de luto público. Dito de outro modo, o quanto as vidas podem ser, ou não, sentidas. Esse movimento fala de uma capacidade de indignação diante dessas mortes, uma resposta afetiva que passa por um processo de regulação de jogos de forças, que permite ou não reconhecer uma vida. Se uma vida não pode ser lamentada, significa que nunca foi considerada vivida, ou seja, que “nunca contou de verdade como vida” (p. 64). O luto, portanto, como afirmação da vida e reconhecimento de seu valor.

Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (Clarice Lispector, 2016b, p. 386-387).

O que permitiu 13 tiros em Mineirinho, mais de 80 tiros (na primeira apuração) e 257 disparos (na segunda análise) de fuzil e pistola em Evaldo dos Santos Rosa, homem

¹² Em Porto Alegre e região metropolitana costuma-se nomear favelas de vilas.

negro que dirigia seu carro com a família no Rio de Janeiro em 7 de abril de 2019, ou que autorizou ceifar a vida de Joaquim, jovem negro que estava sob tutela do Estado, é que todos eles não tem suas vidas reconhecidas. Estão destituídos, por meio de enquadramentos políticos e sociais, de humanidade. As normas existentes atribuem valores diferenciados as formas de vida, ou não atribuem valor algum, como nos casos mencionados.

“Esse é meu susto: o rosto, o corpo, a pele, a língua, atributos ditos humanos, não bastam para assegurar o direito à vida” (Berenice Bento, 2018, p. 14). O pavor pode ser ainda maior ao dar-se conta de que, além de não garantir existência, a pele, quando negra, pode ser justificativa para um não reconhecimento da humanidade do outro. Curioso apontar que a maioria dos jovens acolhidos e desligados institucionalmente com quem encontrei são negras e negros: o Estado, uma vez mais, maximizando a precariedade dessas vidas.

Para discutir sobre a distribuição desigual do direito à vida no Brasil, Berenice Bento (2018), apoiada em Achille Mbembe, Michel Foucault e Judith Butler, compreende que para a existência da governabilidade da população, é preciso que se produza, ininterruptamente, zonas de morte. Nesses espaços, portanto, o aniquilamento de vidas é legitimado e entendido como necessário.

A noção de necropoder trata de uma formação específica de terror, que abre espaço para o uso bélico da política, ou seja, uma subjugação da vida ao poder de morte. Achille Mbembe (2016) usa as noções de necropolítica e necropoder para explicar a criação de mundos de morte, em que populações inteiras são destituídas de seu caráter de humano. Através de seus estudos sobre a ocupação colonial, o autor camaronês discorre sobre o processo de territorialização em que as pessoas podem ser classificadas em diferentes categorias e, desse modo, infligidas de um poder soberano e violento. “Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (p. 135).

Isto posto, Berenice Bento (2018) evidencia, através dos estudos sobre a violência contra a população negra e contra os povos indígenas, que o Estado tem papel

fundamental na produção de reconhecimento daquilo é humano. Nesse sentido, a produção de medo e pânico é o que garante a sustentação das necropolíticas.

Com a morte de Mineirinho, Clarice Lispector repudia a justiça que vela seu sono. “Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece” (2016b, p. 387). Aquilo que é a violência em Mineirinho, é furtivo em quem dorme no momento do disparo dos tiros, já que se “evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos” (p. 387). Acontece que quem entende, desorganiza, diz ela. Após se desorganizar, deseja justiça que tivesse dado chance para algo puro, para Mineirinho. Assim, não é possível que nos façamos de sonsos diante da realidade crua da violência.

Reconhecer precariedades não é o mesmo que reconhecer uma identidade, mas lutar pelo reconhecimento daquela vida, abrindo possibilidades dela tornar-se algo que ainda não se conhece. É preciso invocar uma comoção pública. Judith Butler aponta lindamente que “onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida” (2018a, p. 43). Quando os jovens vivenciam realidades de acolhimento institucional e se fazem vagalumes – em suas revoltas, em suas poesias, em seus *slams*, em suas negações, em seus aceites para se mostrar em uma pesquisa – além de representarem sua existência plural, “estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida” (Judith Butler, 2018b, p. 33). Não sejamos sonsos. É preciso fazer estremececer a casa.

Conversando sobre a pesquisa com duas cuidadoras de uma casa de acolhimento, elas começaram a contar sobre os desligamentos por maioria que lembravam. *As meninas geralmente começam a namorar e vão morar com a família do namorado, teve uma, é exceção né, mas que está morando em outro país, porque era atleta e conseguiu uma bolsa para morar fora... para os meninos que é mais complicado, lembro de um que voltou a morar com a mãe, outro foi para a vila e começou a trabalhar com o tráfico, a maioria vai para o tráfico... teve um que morreu logo depois que saiu do abrigo.* A outra complementa: *Um?* e então volta seu rosto para

mim: *Tu queres que eu faça uma lista com o nome de todos que saíram do abrigo e morreram?*

*Quero uma poética dura
Sem metáforas
Para que todos
Entendam logo
O desespero
De um povo
Brutalizado
Pelo horror –
Nessa guerra
Que transpira a cada esquina*

(Vera Casa Nova, 2018, p. 21).

Essa discussão aponta para a distribuição desigual da precariedade. “As vidas de quem são abreviadas mais facilmente? (...) Como essa exposição diferencial à mortalidade é gerenciada?” (Judith Butler, 2018b, p. 56). Certamente está articulada ao racismo e as formas de abandono produzidas pelo Estado. Os discursos sobre humanização e valorização diferenciada das vidas permitem que, no momento da saída do acolhimento institucional, jovens fiquem desamparados e expostos às zonas de morte. Não se trata, propriamente, de afirmar uma falha nas equipes que efetuam o cuidado, mas justamente de pensar na falta de políticas ou orientações para esse momento. Diante da produção de morte pelo Estado, também *preciso de uma poética dura*.

Ao afirmar o necropoder como política de produção de morte, mais do que um aumento do risco de morte, Achille Mbembe (2016) argumenta que o reconhecimento da vida só pode vir do outro, é o outro que dá sentido a uma existência. Contudo, a população negra não recebe esse reconhecimento e é aquela para a qual o necropoder se direciona mais fortemente. O não reconhecimento da humanidade de alguém o deixa mais exposto às políticas de morte. Assim, “política é uma arte de reconhecimento de gente, a população que permanece desconhecida pode ser alvo da violência” (Renato Nogueira, p. 69, 2018).

Se quisermos pensar no necropoder de modo ainda mais concreto, tomemos duas situações ocorridas em Porto Alegre: fechamento do restaurante popular de Porto Alegre, no dia 9 de junho de 2019, que garantia a alimentação de muitas pessoas em situação de rua; e a ação efetuada no viaduto da Conceição no dia 04 de julho de 2019, em que a polícia expulsou as pessoas que ali dormiam e não permitiu que levassem consigo nem mesmo as cobertas que dispunham. Na manhã de sexta-feira, 5 de julho, acordamos com a devastadora notícia de que um homem morador de rua havia morrido durante a madrugada por, possivelmente, hipotermia.

Vê-se, portanto, não “apenas” uma exposição da vida ao risco e/ou perigo, mas criam-se ativamente zonas de morte, empurram-se os “não-humanos” para a morte. Aqui fica evidente outra face da necropolítica: não se mata em função ou em defesa da vida. A morte, mesmo que apoiada pela produção de medo e terror, existe como finalidade em si mesma.

Uauá

Uauá, como raramente se chama a um vagalume, recebe esse nome por também ser um caso raro. Muitos noticiaram sua história, muitas quiseram iluminar o mundo com sua trajetória. Não seria para menos.

Há alguns anos no acolhimento institucional, entre idas e vindas à casa da mãe, quando Uauá quase vislumbrava a possibilidade de fazer 18 anos e voltar para vila, um tiro de bala perdida acerta seu corpo. Uma marca que o deixa em cadeira de rodas. É verdade que ele não acendeu por algum tempo. Mas acontece que, entre os muitos motivos pelos quais esses seres piscam, Uauá piscou por fome. Fome de vida. Era preciso aprender a girar as rodas, para a vida movimentar.

Com muita fisioterapia e cuidados, depois de se mudar para uma instituição que melhor pudesse atender suas necessidades, pousa em livros e apostilas, sobrevoa as letras, os números, aprende outro jeito de voar. Ele entrou para a universidade federal!

Como outros, não foi possível sair da instituição aos 18 anos, precisou permanecer por mais tempo. Tempo suficiente para que pudesse estreitar os laços

familiares, para que a família aprendesse outros modos de cuidar, para que ele tivesse o espaço necessário para traçar a rota dos novos voos. Uauá, ao piscar, nos inspira a vida.

Para muitas e muitos, impera a impossibilidade de sair do acolhimento institucional aos 18 anos. Alguns recorrem judicialmente ao seu direito de proteção, conseguindo estender o tempo de permanência nas instituições. Determinados serviços de acolhimento, em que isso acontece com maior frequência, destinam uma casa separada para as e os jovens que atingiram a maioridade mas que permanecem sob tutela do Estado. Geralmente, quando apresentam necessidades especiais, vão para casas especializadas, como aconteceu com Uauá, outras, vão para Repúblicas em que podem permanecer até os 21 anos.

Todavia, a lógica de funcionamento das instituições segue muito parecida, com regras, horários rígidos e pouca independência. É preciso investir nas vidas para que possam ser desinstitucionalizadas, respeitando suas singularidades. Do contrário, alimenta-se uma lógica muito presente: das casas de acolhimento para República/Centro de Atendimento Socioeducativo/unidades de internação.

A súmula nº 358, de 2008, do Supremo Tribunal Federal, abriu brechas para pensar a responsabilidade do Estado com aqueles que estão sob sua tutela. A súmula orienta que juízes avaliem a necessidade da continuidade de pensão alimentícia de filhos que atingiram a maioridade. Nesse sentido, o promotor da infância e juventude de Curitiba, Murillo Digiácomo, entendeu que a orientação deveria ser estendida para os jovens que vivem em instituições de acolhimento. Em entrevista, ele afirma que

quando o jovem se encontra abrigado, a responsabilidade por sua manutenção, educação e qualificação profissional é do Poder Público. Assim, não é correto nem justo que o Poder Público abandone esse jovem, que ficou sob sua responsabilidade não raro desde a infância, pelo simples fato de ter ele completado 18 anos de idade, especialmente quando não lhe foram dadas reais condições para sua efetiva "emancipação", a exemplo do que ocorre na relação entre pai e filho (Jurisprudência..., 2008).

O promotor entende que o processo de transição para outro espaço de moradia deve ser acompanhado de todo o suporte necessário, seja para encaminhamento para República, necessidade de aluguel social ou apoio financeiro. Além disso, exige um planejamento conjunto que diminua a ansiedade decorrente da proximidade da maioria, garantindo a essas e a esses jovens que não serão “abandonados” ao completarem 18 anos. Discute que agir do contrário seria uma enorme irresponsabilidade tanto para com os jovens, quanto para com a sociedade. Contudo, mesmo que a discussão tenha sido feita em 2008, 11 anos depois não percebemos ações efetivas nesse sentido.

Nas reportagens divulgadas pela mídia sobre a história de vida de Uauá, traça-se uma narrativa de superação, mostrando sua trajetória como um exemplo a ser seguido. Esse movimento corrobora com discussões realizadas em outra pesquisa onde, através da análise de reportagens sobre inclusão veiculadas pelo jornal Zero Hora, percebemos que a incitação à inclusão acontecia em duas vertentes: uma demonstrando os méritos do sujeito incluído, através de sua dedicação e persistência; outra através da construção de atitudes de solidariedade e responsabilização individual (Betina Hillesheim; Amanda Cappellari, 2019). Desse modo, a trajetória de Uauá é apresentada como um “caso de sucesso”, conquistado através de seu esforço e dedicação.

Entretanto, ao trazer a narrativa para a pesquisa, não se trata de apontar a existência de uma certa meritocracia. Pelo contrário, Uauá, ao acessar a universidade, *apesar de tudo*, nos mostra a importância, nesse momento, do seu encontro com as políticas públicas. A possibilidade de permanecer em uma instituição após a maioria garantiu que recebesse os cuidados necessários, como fisioterapia, consultas médicas, exames, acesso a cadeira de rodas motorizada, entre outros. Garantiu, também, tempo de planejamento para a saída da instituição, que se dará em breve, através da aproximação com sua mãe e irmãos (que receberam orientações sobre os cuidados necessários diante da nova condição de Uauá) e a possibilidade de organização financeira para tal movimento.

Lume

Lume decidiu que deveria começar pelos diários: colocar os mais antigos na parte inferior da sacola, como não sabia por quanto tempo eles ficariam guardados, seria mais fácil ter os diários e cadernetas mais novas na parte superior. Ela gostava muito de escrever, começou cedo. O primeiro diário só tem desenhos, aos poucos vão aparecendo as letras. Olhou para o abajur que estava no chão... por muitas noites o colocou ao lado do travesseiro para conseguir escrever. Não era fácil dividir o quarto com meninas que não entendiam porquê as palavras lhe interessavam tanto. Encaixou o abajur entre as duas pilhas de diários. Pensou que seria melhor ter uma caixa para guardar aquilo que lhe pertence.

Começou um estágio no programa Jovem Aprendiz há dois anos, desde então usa apenas 60 reais por mês para comprar fatias de torta e artigos de papelaria. Guardou o restante do dinheiro para alugar um apartamento quando fizesse 18 anos. Ninguém precisava se preocupar com ela: dedicada, organizada, quieta. Lume não reclamava da vida. Sabendo que o estágio terminaria logo, mudou sua matrícula na escola para o noturno e entregou currículos na esperança de um emprego.

A única amiga que tinha na instituição fez uma tentativa de morar com familiares, três meses depois retornou para o acolhimento. Tinha sido horrível, então preferia ficar na casa-lar. Mas e Lume? Se não desse certo para ela... para onde voltar? Estava organizada, ela sabia, tinha dinheiro para os primeiros meses, poderia até comprar geladeira, fogão, cama e sofá. Mas o *talvez*, o *e se...*, a possibilidade de não dar certo transformou-se em um grande fantasma. Naquele dia decidiu não ir para a escola.

Conversou com duas meninas que conhecia e pensou na possibilidade de morar com elas, ao menos teria companhia e um quarto em que poderia desligar a luz a hora que quisesse. Estava decidido, moraria com elas. Conversou com as cuidadoras e pediu para passar o final de semana na casa das meninas. Quis também seu cartão do banco, aprendeu que deveria colocar o cartão na maquininha, escolher a opção débito e inserir a senha. Seria a primeira vez que usaria o cartão sozinha.

Ela teria que retornar para o acolhimento no domingo. *O telefone chamado encontra-se desligado ou fora da área de cobertura.* Inúmeras vezes escutaram essa

mensagem. Lume só retornou na quarta-feira, irritada. Tinha brigado com as meninas, morar com elas já não era possibilidade. Devolveu o cartão para a técnica que, ao perceber que ela usava roupas novas, verificou sua fatura. Lume tinha gastado três mil e quinhentos reais nos seis dias que ficou fora da instituição. Ela não conseguia explicar como gastou tanto. Não tinha noção do que significa esse valor ou de quanto tempo levou para guardar o dinheiro.

Dois meses antes do aniversário conheceu um rapaz em sua escola, começaram a namorar. Pronto, já tinha para onde ir. Morar com a família do namorado. Dividir as despesas. Frequentar a igreja. Lume não gostava de igrejas, nem de saias longas.

Despediu-se das mães e pais sociais, das técnicas, dos que dividiam a casa com ela. Em uma sacola os diários e o abajur, em outra as roupas, noutra os presentes que recebeu naquele dia, para começar a nova vida. O namorado a esperava no portão. Ela caminhou emocionada, temerosa, feliz, contraditória. Carregava nos três sacos pretos aquilo que ela tinha, pertences que marcavam sua vida até aquele momento.

Ao fechar o portão, uma das cuidadoras desaba em lágrimas. Olha uma vez mais para a menina que carrega seus objetos em três sacos pretos de lixo. *Precisamos de malas para aquelas que saem.*

A escassez de dados no que se refere as discussões de gênero e acolhimento/desligamento institucional faz com que eu discuta ancorada nos encontros e nos relatos vividos por mim durante a pesquisa. A discussão é, portanto, localizada. Não dispomos de dados nacionais no que diz respeito a continuidade da vida fora das instituições de acolhimento após a maioridade. No entanto, o modo como Lume deixou a instituição se repete entre as mulheres. Escutei muitas histórias de meninas que, próximo da maioridade, iniciaram namoros, casaram ou engravidaram. Essas narrativas não pertencem apenas ao cenário do acolhimento, não raro escutamos histórias de mulheres que se casaram para que pudessem sair da casa dos pais.

As relações afetivas, muitas vezes assumidas às pressas, evidenciam um caminho possível para o desligamento, mesmo que seus desdobramentos sejam

múltiplos. “*Eu comecei a namorar, tia, ele é um guri gente boa, até me disse que se eu engravidar ele vai assumir o filho e vamos morar juntos, mas eu vou cuidar né, para não acontecer agora*”. A frase, dirigida para mim, foi dita com alívio e esperança, no sentido de ter para onde ir após a saída do acolhimento. Não se trata, aqui, de apontar para papéis atribuídos culturalmente aos homens e as mulheres, como se nessa configuração o *homem protegeria a mulher*, já que meninas que namoram meninas também encontram possibilidade de morar com a companheira, mas de visibilizar que esse é um movimento recorrente entre acolhidas mulheres, ou seja, é uma das estratégias produzidas no processo de desligamento da instituição.

Entretanto, não escutei relatos parecidos sobre meninos que iniciam namoros e se mudam para a casa da namorada/namorado. Com eles a história é diferente: ato infracional, evasão da instituição, uso de drogas ou envolvimento com tráfico ao voltar para a vila. Trata-se, evidentemente, de uma questão de gênero. Sabendo que gênero não é natural, mas produzido socialmente e entrelaçado na cultura, os caminhos percorridos pelos meninos podem ser dialogados a partir da produção de masculinidades.

Robert W. Connell (2013) pontua que discutir masculinidades não equivale a discutir a categoria homens, já que não se refere a um grupo de pessoas, mas trata-se justamente de processos de subjetivações. Assim, é possível pensar em masculinidades hegemônicas e masculinidades marginalizadas ou subordinadas, admitindo que as identidades não são estáticas, mas construções sociais.

A partir de estudos realizados por feministas negras, como Patrícia Hill Collins (2015), encontramos mais ferramentas para pensar gênero e relações de poder. Ao discutirem fortemente os atravessamentos entre raça e gênero, evidenciam que não é possível afirmar que todas as mulheres estão subordinadas aos homens, pois são constatações que não consideram os diversos fatores que constroem identidades. As posições de poder e privilégios estão atreladas a diversos fatores além de raça e gênero, como orientação sexual, identidade de gênero, classe social, idade, escolaridade, religião, nacionalidade e outros.

A interlocução entre produção de masculinidades e violência precisa ser cuidadosa, para que não se cristalize um discurso universalista. Há pluralismo na construção de masculinidades, e os discursos que as constituem se modificam de acordo com as nuances dos territórios. Comumente dizemos que as características associadas ao masculino são as de coragem, agressividade e força, e que essas características subjetivam aos homens. Contudo, conforme aponta Robert W. Connell (2013), é desejável que eliminemos a ideia de uma masculinidade hegemônica fixa, para não ignorarmos as distintas transformações nessas definições sociais. Portanto, não podemos falar em um modelo trans-histórico de masculinidade.

O autor descreve a existência de sobreposições nos modelos de masculinidades (que ora se diferenciam, ora se acoplam aos modelos locais, regionais e globais). Alguns discursos somente podem circular em ambientes sociais específicos, conforme já nos apontava Michel Foucault (1996), dependem de condições de possibilidades para sua existência. A masculinidade não determina um tipo de homem, mas “uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas” (Robert W. Connell, 2013, p. 257).

É possível discutir relações de poder e produção de masculinidades atravessadas pela violência através do modo que acontecem desligamentos de meninos. Considerando que esses jovens passaram por violações de direitos, que são oriundos de territórios vulneráveis, que talvez tenham vivenciado o encarceramento de alguém conhecido e que contenham marcadores identitários que não os coloquem em condições de privilégios, possuem corpos mais precários. Nesse sentido, foram expostos, desde muito cedo, à situações que envolvem violência social.

Várias vezes me senti menos homem
desempregado e meu moleque com fome
é muito fácil vir aqui me criticar
a sociedade me criou agora manda me matar
me condenar e morrer na prisão
virar notícia de televisão
seria diferente se eu fosse mauricinho
criado a sustagem e leite ninho

colégio particular depois faculdade
não, não é essa minha realidade¹³

O campo de possibilidades de como existir no mundo não é o mesmo para todos. Judith Butler (2013) usa o termo violência normativa para sinalizar um processo que não é apenas exercido sobre os sujeitos, mas que está presente no próprio processo de formação das subjetividades, sendo entendida como uma violência primária. Diante dessa constituição de subjetividade que já está atravessada pela violência, articulada ao arranjo social de vulnerabilidades em que estão inseridos e aos agravos decorrentes das poucas oportunidades de trabalho e educação de qualidade, as estratégias de sobrevivência produzidas por esses jovens podem ser também violentas, seja para disputar um reconhecimento através da possibilidade de consumo, seja pela necessidade de permanecer em instituições.

As exclusões desses sujeitos não se produzem apenas pela vulnerabilização do corpo e por sua exposição à morte, mas também pela “restrição da potência de vida dos sujeitos e pela restrição das diferentes formas de ser e habitar a contemporaneidade” (Carolina dos Reis; Neuza M. F. Guareschi; Simone M. Hüning; Marcos A. Azambuja, 2014, p. 591). Afinal, “uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências” (Patrícia Hill Collins, 2015, p. 26).

É indecente, é angustiante
Formar uma mente já conflitante
Para que ela seja mais consciente
E não se torne um assaltante
Mas não oferecem nada decente
É revoltante e alarmante¹⁴

¹³ Rap *Soldado do Morro*, de Mv Bill.

¹⁴ Música *Da Lama/Afrontamento*, de Tássia Reis.

É isto um biografema?

Por dois longos meses a poética me escapou. Esvaiu-se a literatura, adormeceu o desejo, a escuridão e o silêncio da noite perderam a magia. Algo diferente transcorreu pelo corpo, uma mancha apareceu. Um estranhamento não nomeado por 60 dias. Hoje, ao visitar a história de Sol, encontro um vestígio do acontecido: a concretude da vida me tirou as palavras. Nos últimos dois meses de encontros careço de soluções. Penso, penso, penso. É difícil agir. A iminência da saída de alguns colocou-me diante da minha impossibilidade, da fragilidade de uma vida que não consegue alcançar outra. Não do modo que gostaria.

Sol me solicita, me pede e me pergunta. Vive na minha frente: acende; apaga; acende; apaga; acende; apaga. Ainda não tem 17 anos, mas a intensidade de suas preocupações sinaliza que o tempo é curto. Nossos encontros aconteceram em um anexo da instituição de acolhimento. Uma vez por semana sentávamos para escrever sua história, porque assim ela queria. Escreveu histórias fragmentadas sobre o pai, sobre a mãe e sobre os irmãos. A cada nova história me mandava uma foto para imprimir colorido junto das palavras contadas. Ela não queria biografema, nessa situação, seguindo a ética de seu desejo, isto não é um biografema, são as palavras que ofereço sobre sua história.

Após nosso primeiro encontro fiquei responsável de esboçar no papel o que ela havia me contado. Horas antes de sair de casa, tive medo. Tinha tratado sua história com o delicado cuidado que merecia? Como ela escutaria sua vida através da minha narrativa? Senti medo de machucar, sem compreender que aquela história pertencia a ela. Agora, contada, é um pouco minha também. E de você. Apresento-lhe, então, a menina.

Encontrei Sol em uma tarde chuvosa de maio, com um vento gelado que anunciava o frio dos próximos dias. *Que vontade de comer um doce... pipoca*, ela me disse. Eu também estava com vontade. Quem sabe amanhã eu possa levar pipocas para adoçar nosso encontro. Expliquei para Sol como eu estava fazendo minha pesquisa, com quem estava conversando e o que estava pensando. Quase ao final de nosso encontro ela baixou os olhos e me dilacerou: *eu pensei que tu viria aqui para me ajudar*. Acho que

eu também a tinha dilacerado. Eu também pensei que ajudaria. *Como posso te ajudar, Sol?* Eis que alguma coisa se agita. Ela me olha e dispara:

- *Tu podes escrever a minha história?*

- *Posso.*

- *Mas não anotou nada!*

- *Posso escrever o que me contou hoje e depois podemos escrever juntas.*

- *Tá! Quando tu podes me mostrar a história?*

- *Quando queres que eu mostre?*

- *Amanhã de manhã.*

- *Eu posso amanhã de tarde.*

- *Tá bom, amanhã de tarde, então.*

Sol é uma menina doce, colecionadora de recordações. Além das que guarda na memória, fotografa belos sorrisos com a câmara do celular. Começamos com ela me apresentando as irmãs, irmãos e sobrinhos. Foi acolhida junto com elas e eles quando tinha 7 anos. Os mais velhos pularam o muro do *abrigo* e só desejaram voltar quando não podiam mais, porque já tinham completado 18 anos. Sorte que a avó tem uma casa grande, alguns foram morar com ela.

Sol os encontra com frequência. Passava as fotos e me dizia deles: uma irmã de 12 anos, que todos pensavam ser mais velha do que ela; um irmão brincando com o filho pequeno; outro sorrindo para a câmara com um varal de roupas ao fundo (foto marcada pela ansiedade de uma data próxima, já que sairá da prisão nesta ou na próxima semana); outra irmã mais velha, que não está muito bem de saúde, outra foto com duas irmãs juntas em uma noite de verão. Então uma foto especial aparece... um menino mais novo vestido de moletom azul e de sorriso imenso. Os olhos amendoados, o cabelo preto e liso e o corpo um pouco menor anunciavam que seu cuidado precisava ser outro. O jeito carinhoso com que tratava a irmã fez com que Sol cultivasse por ele um amor belo, diferente. Contou que o velório foi muito bonito. Ela e a irmã escolheram um caixão branco e a capela estava lotada de pessoas. Além da família e das tias do *abrigo*, também estavam seus colegas da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), suas professoras e amigos. Sol teve um sonho que a aproximou do

irmão, disse que foi como uma premonição. Sonhou que ele tinha falecido. Ao acordar solicitou uma audiência, contou o sonho e disse que precisava ir morar na mesma casa que o irmão. Dividiram dias cheios de afeto.

Quando era pequena foi com sua madrinha visitar um tio, assim conheceu Veranópolis. Disse que eu tenho jeito de quem morou muito tempo no interior. É verdade. Sol é vagalume esperta. Aos 15 anos organizou uma festa no salão em que conversávamos, queria tudo rosa, os balões, a torta, o vestido. Seus olhos brilhavam ao contar os detalhes.

O brilho cede lugar a olhos marejados quando lembra do pai. *Sol ou chuva ele estava na porta do abrigo, de chinelo de dedos, para nos ver.* Relembrando as últimas conversas com o pai percebeu que precisa voltar para a escola para realizar o sonho dele: ver a filha formada. Ele faleceu no ano passado, teve complicações devido ao uso acentuado de álcool. A última vez que Sol o viu, ele demorou para a reconhecer.

Não fosse pela mãe, Sol e os irmãos poderiam ter sido adotados. Ela não queria ser destituída de seu papel, não aceitou que os filhos pudessem, judicialmente, habitar outras famílias. Neste ano conseguiram convencer a mãe a assinar os papeis. É um tanto tarde. Sol diz que sabe que as chances de ser adotada são pequenas, mas ainda pode acontecer. *Quer me adotar? E ser minha madrinha? Tudo bem, podemos ser apenas amigas, então.*

Sol não quer voltar para a casa da mãe quando fizer 18 anos, por motivos que não precisam ser descritos aqui. O que interessa é que ela quer ser adotada. Não se importa se a família for de um homem e um homem, uma mulher mais uma mulher ou uma mulher e um homem. Tem o desejo de pertencer. *Quem sabe, tia, alguém que queira uma filha me encontre lendo a tua dissertação.*

P.S.: É início de agosto, na semana passada Sol solicitou que eu imprimisse mais cópias coloridas de suas histórias. Ao não conseguir conversar com ela pelo celular, liguei para o serviço de acolhimento para saber se poderia ir encontra-la durante a próxima semana. *“Ah, tu não sabe? Ela tá evadida. Liga daqui um tempo de novo...”*

Sol me inscreve em um dilema ético ao solicitar que seu nome completo aparecesse no trabalho. Não tendo me deparado com essa possibilidade antes de passar o projeto pelo Comitê de Ética, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garante o anonimato e não deixa frestas para outros possíveis. Talvez, se Sol fosse adulta, seria mais tranquilo resolver. Contudo, estando sob tutela do Estado, é ele quem responde pela menina. Assim, fico impossibilitada de corresponder ao seu desejo. Não posso usar seu nome verdadeiro, Sol.

Em uma trajetória de tantos apagamentos, ela quer ser visível. Precisa que conheçam parte de sua história, assinada com seu nome. Ao não poder nomeá-la, produzo invisibilidade de suas piscadelas. Nego um lugar que ela deseja ocupar. Ela acendeu tanto em nossos encontros, na escrita de sua história, pensando seu futuro... e eu, ao não poder escrever seu nome aqui, torno invisível aquilo que a identifica.

Recorro ao fecundo campo da Antropologia para pensar essa problemática, denominada por Vinciane Despret (2011) como *efeito sem nome*. Ao deparar-se em uma de suas pesquisas com a reivindicação de uso do nome próprio, pensa sobre a ferramenta do anonimato para garantir segurança, evitar riscos possíveis. Contudo, assumia outro: “o risco de “separar”, de isolar, de fazer falar e ao mesmo tempo de fazer silenciar, de roubar as palavras ou de retirá-las daquele que fala” (p. 19). Ao tentar proteger os sujeitos da pesquisa, retira-se deles a autoria de suas vidas.

Cláudia Fonseca (2010) discute que devemos reconhecer que o anonimato não é sinônimo de respeito, se aproxima dos borrões que escondem os rostos em filmes e fotos. Desse modo, a impressão é de que esses sujeitos teriam algo para esconder, ou que há algo vergonhoso no conteúdo. No entanto, questiona-se também sobre a hipótese de que o uso de nomes próprios não serviria para diminuir nossa ânsia por pesquisas mais sólidas, verificáveis, como se nos aproximássemos do campo da engenharia social. Importantes questões.

Diante da perspectiva apresentada, não devemos tomar posturas únicas no que tange à ética de nosso pesquisar. É preciso que exista liberdade, para que os acordos possam ser firmados no e através do encontro. Que se analisem os riscos, as reivindicações, a segurança, a autoria e a proteção. Durante a proposta dessa pesquisa e

a vontade de biografemas como aposta ética, política e estética, não previa a possibilidade de uma narrativa com nomes próprios. Isso não era uma questão. Os biografemas foram pensados como prática de cuidado e de enunciação. E foram. Entretanto, um encontro singular escancarou a necessidade de mais liberdade para a pesquisa. Obrigada, Sol.

Além das questões éticas, seu flamejar manifesta mais. Ela não gosta de morar no serviço de acolhimento, um dos motivos de ter parado de frequentar a escola foi em função dos comentários que as e os colegas faziam. Nos momentos em que precisa dizer onde mora, fica desassossegada. O efeito de sua resposta sempre a desagrada. Porém, em um de nossos encontros ela expressou preocupação em relação aos sobrinhos. Disse que a irmã não cuidava bem deles, que talvez fosse melhor eles irem para o acolhimento, assim como aconteceu com ela. Mesmo desgostosa de seu lar, ela o compreende como um lugar de cuidado, proteção e possibilidades para a vida.

Ela deseja fortemente ser adotada. Sabe que é muito difícil, mas espera por esse dia. Nesse momento não tem planos para o desligamento. Comentou vagamente sobre precisar de dinheiro para fazer um lar ou passar um tempo na casa de uma das irmãs. Prefere o primeiro plano: sair do acolhimento em uma nova condição... sendo filha.

II

Outra nota sobre a impossibilidade da escrita: acabei de ler *Noites Brancas*, de Fiódor Dostoiévski (2008). O solitário protagonista encontra Nástienka em uma das noites oníricas de São Petersburgo em que o sol, mesmo ao se pôr, permanece abaixo da linha do horizonte, deixando a noite clara. Acontece que fui alongando a leitura deste pequenino livro. A narrativa de quatro noites levou quase dois meses para ser lida, pausadamente. Ao findar a leitura, fiquei intrigada. Pesquisei sobre o fenômeno, curiosamente acontece entre os meses de junho e julho. Parece que o tempo que se arrastou para a leitura do livro também foi o tempo em que arrastei a escrita, em que fugiram as palavras. Ora, como quero eu, que preciso da escuridão para escrever vagalumes, tecer frases em noites brancas?



Lúcio

Lagartos, cobras, coelhos e outros animais interessam muito a Lúcio. Por isso quer ser biólogo, paleontologista, médico veterinário ou educador físico. Lúcio pode, mas não quer voltar a morar com a mãe. *No abrigo tenho mais oportunidades, sabe? Posso conseguir um emprego bom, participar de atividades no centro, talvez até entrar para a universidade... Morando com minha mãe as coisas são mais difíceis.*

Ninguém entende seu desejo de morar na instituição. As *tias* comentam que ele deveria retornar para a família, alguns amigos que adorariam poder voltar para casa até se irritam com ele. Antes ele pegava dois ônibus para ir todos os finais de semana para a casa da mãe, agora as visitas são mais espaçadas... é que lá ele acabava se entediando. Não tinham muitas atividades para fazer. Então prefere morar no *abrigo*, que também é mais perto da escola e dos projetos que participa.

Já combinou sua festa de 18 anos. Vai convidar quem quiser, mas todos precisam estar de trajes sociais: os meninos de terno, as meninas podem ir de vestido. Está guardando dinheiro para quando atingir a maioridade. Quer alugar uma casa pequena, perto do *abrigo*. Lúcio está em casa, o *abrigo* é casa para ele. Sente pertencer ao bairro, é nesse espaço que deseja ficar.

Diz aí, tia, é a primeira vez que tu escuta uma história como a minha, né? Ao completar a pergunta, solta uma gargalhada leve, gostosa de escutar...

Pirilampiações: outras considerações

A noite, fantasmaticamente, traz de volta todo o imaginário da escritura: a imagem do *produto*, a *fofoca* crítica (ou amistosa): *é muito isto, muito aquilo, não é bastante...* À noite, os adjetivos voltam, em massa (Roland Barthes, 2003, p. 131).

Foi durante a madrugada que entendi que precisava de um movimento inicial para que conseguisse escrever, *era preciso sair de casa*. É novamente a madrugada que me permite compreender algo, desta vez através de um sonho de angústia.

Estava em um evento organizado pelo nosso grupo de pesquisa e, já que as pessoas que compõem minha banca participavam da atividade, decidiram que poderíamos fazer a defesa naquele momento. Fiquei extremamente ansiosa e tentei, com pressa, organizar algo que pudesse apresentar. Temerosa de que a conclusão do mestrado acontecesse naquele atropelamento, falei da minha tristeza e entenderam que talvez fosse melhor marcarmos outra data. Ufa! No meio da tarde lembrei do sonho e um questionamento se fez: e se, ao invés de ter que defender a dissertação em um momento inesperado, me fosse avisado que teria que sair de uma instituição de acolhimento?

Como *sair de casa* sem estar preparada ou preparado? Como concluir um percurso que segue em aberto, que não se esgota, que ainda reverbera? Para Gilles Deleuze, “o interessante nunca é a maneira pela qual alguém começa ou termina. O interessante é o meio, o que se passa no meio (2010, p. 34). A intensidade dos encontros vividos no percurso. Eu, que tenho dificuldades com despedidas, preciso encontrar outros jeitos de escrever essas considerações *fnais*, que seguem abertas...

A pesquisa não se encerra aqui. Continuo encontrando aquelas e aqueles que aceitaram conversar comigo. Como evidenciado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a frequência dos encontros seria delimitada por cada participante. Assim, alguns sinalizaram o desejo de seguir conversando, de outros modos. “Chama-se sinal o que desencadeia um afeto, o que vem efetuar um poder de ser afetado: a teia se agita, o crânio se dobra, um pouco de pele se desnuda. Nada a não ser sinais como estrelas em

uma noite negra imensa” (Gilles Deleuze; Claire Parnet, 1998, p. 50). As relações de cuidado e confiança tecidas durante a pesquisa possibilitaram a continuidade de alguns encontros. Para Sara Hartmann e Tânia Mara Galli Fonseca (2010, p. 87), “quando vidas se esbarram, elas se diferem em relação ao que vinham sendo. Acontecer aponta às intensidades de cada ponto de um corpo criado no contato”. Já não sou a mesma de quando comecei a pesquisa. Corpo modificado pela intensidade dos encontros que provocaram estranheza, interrogações, desacontecimentos. O campo percorrido produziu outramento em mim.

No tempo porvir há, também, espaços organizados para dialogar a pesquisa com instituições e com equipes de serviços de acolhimento. É preciso fazer as histórias circularem pelas políticas públicas, reivindicando espaços para a produção de outros modos de sair das instituições. A temática também precisa ser disputada nos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, um dos principais espaços de controle e formulação de políticas públicas. Há muito a fazer.

É possível assumir que existam desencontros entre as políticas públicas e jovens que passaram pelo desligamento institucional por maioria. Lacuna agravada quando os vínculos estão fragilizados, quando há falta de investimento nas políticas e sobrecarga nas atividades das e dos profissionais. Há desencontros, inclusive, quando jovens estão esgotados da tutela e da violência exercida pelo Estado e precisam se sentir livres, mesmo que isso implique na maximização da precariedade de suas vidas. Ainda existem desencontros produzidos e acentuados pelo racismo e pelos discursos sobre meritocracia.

Desse modo, percebe-se carência de investimentos na preparação gradual para o desligamento, bem como falta de programas voltados ao acompanhamento de egressos. As práticas de cuidado voltadas para a desinstitucionalização ainda não estão instituídas nos serviços e a fragilidade das redes e interlocuções entre as diferentes políticas públicas produzem mais hiatos.

Devemos produzir fricções entre as políticas, é preciso que se toquem e se responsabilizem coletivamente, inventando ações cotidianas que proliferem os modos de sair dos serviços de acolhimento.

No último dia que escrevo essa dissertação uma reportagem sobre jovens que completam 18 anos e devem sair de instituições de acolhimento é veiculada na mídia. O repórter diz que no Rio Grande do Sul existem 5 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Destacam que “eles moraram em lares onde entraram a droga, o álcool e a convivência com os adultos se tornou impossível, perigosa até, passaram então a morar em abrigos”, após, transmitem a solicitação da promotora de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em que ela se direciona para empresários: “por favor, cumpra suas cotas de aprendizagem profissional com jovens do acolhimento. Por quê? Porque completam 18 anos e precisam se manter, se eles não estiverem empregados como é que vão manter um aluguel, ou uma pensão, o que for... eles vão para rua, serão moradores de rua ou empregados do tráfico” (Oficina, 2019).

A reportagem me angustia. Primeiro, por não apresentar outras possibilidades, demonstrando que sem emprego terão que morar na rua ou se envolver com tráfico. Depois, entendo que minha angústia maior é justamente por ter escutado uma narrativa que confirma parte da pesquisa que propus: produção de morte; maximização da precariedade da vida e construção de zonas de abandono em que se tenta, fortemente, empurrar jovens à escuridão. Em todos os momentos “o tirano, o padre, os tomadores de almas, têm necessidade de nos persuadir que a vida é dura e pesada” (Gilles Deleuze; Claire Parinet, 1998, p. 50). E é mesmo. No entanto, a vida não se reduz a isso. Espanto-me ao perceber o que podem alguns corpos vagalumes: negam-se ao futuro profético, recusam-se a habitar lugares oferecidos, evadem e retornam à casa familiar mesmo sem permissão legal, confrontando as malhas do poder.

Também existem encontros potentes entre jovens e políticas públicas, ao permitir que estudem, acessem a universidade e organizem a saída dos serviços de acolhimento. Há profissionais ocupados e preocupados em como a vida seguirá após a saída. Existem cuidadoras fortalecendo vínculos, reclamando que jovens aprendam a cozinhar e tenham espaço no mercado de trabalho.

Michel Foucault (2011) desejava que a vida cotidiana se inundasse de teorias e saberes históricos, assim como era impregnada pela pintura, pela música e pelo teatro. Queria que as “pessoas pudessem utilizá-los e empregá-los livremente para seu prazer, para as necessidades de sua vida, para regular os problemas com os quais se defrontam e

para suas lutas” (p. 67-68). Nesta pesquisa desejo o investimento em políticas públicas. Poéticas públicas. Que a estética se alastre pelas veias estreitas que dificultam a oxigenação da vida. Poética política que produza sensibilidades, estremecendo a casa, o corpo e os olhos: que faça sentir que é preciso substituir sacos de lixo por malas, mas não somente.

Poderia apontar o vagalume das meninas e dos meninos como resistência, mas não o farei, mesmo que por vezes sejam. Entendo que acendam por rebeldias, por sofrimentos, por desejo de felicidade, por raiva, pelas injustiças. Acendem para sobreviver, apesar de tudo. Privilegiados aqueles que não precisam resistir. Talvez melhor seja compreender a esses movimentos como devir: “no devir-inseto, é um pio doloroso que arrasta a voz e embaralha a ressonância das palavras” (Gilles Deleuze; Félix Guattari, 2017, p. 28). No devir-vagalume, são luzes que atingem olhos desavisados e apontam para um escuro habitado. Os autores citados nos apresentam o devir animal, inspirados na obra de Kafka, como movimento que ultrapassa limiares, um campo de intensidades e vibrações.

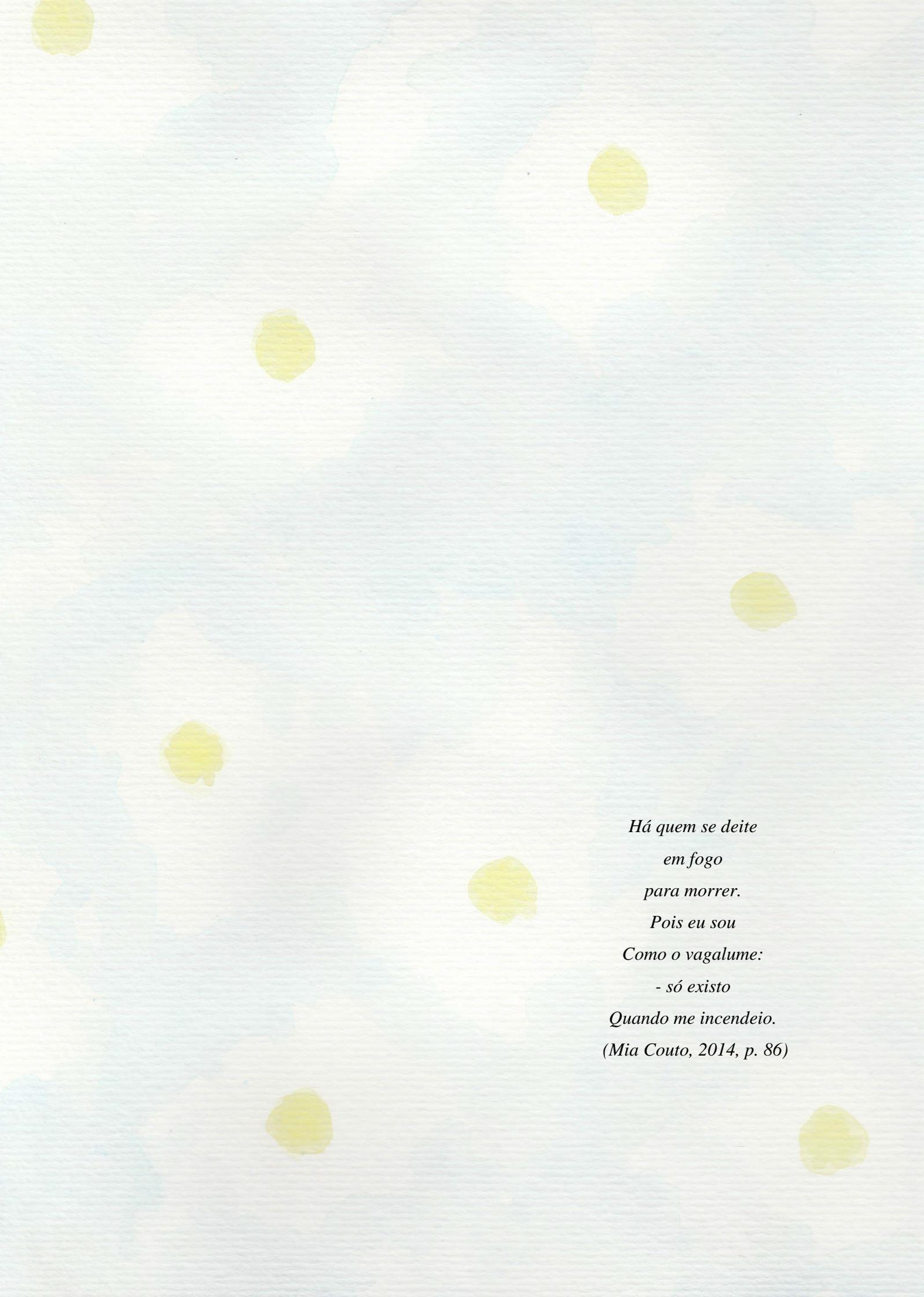
Usar daquilo que se é, dos órgãos que se possui, para se tornar outro. Estar mais próximo daquilo que virá a ser. Há política nos devires-animais. Manifestam “grupos minoritários, ou oprimidos, ou proibidos, ou revoltados, ou sempre na borda das instituições reconhecidas, mais secretos, ainda por serem extrínsecos, em suma anômicos” (Gilles Deleuze; Félix Guattari, 1995, p. 31). Fazer no escuro e do escuro zona de intensidade. Fazer-se ver. Contagiar a outros com o devir-vagalume. Estar em combate para viver apesar de tudo.

No encontro com essas vidas entendi que a pesquisa somente poderia ser feita pela via do sensível, com carícia. Ao assumir o prazer de escrever essa dissertação, recuso-me a reproduzir a lógica acadêmica que insiste na produtividade da escrita. Essa lógica precisa gaguejar. Para Roland Barthes

a linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem no outro. É como se eu tivesse palavras ao invés de dedos, ou dedos na ponta das palavras. Minha linguagem treme de desejo. A emoção de um duplo contato: de um lado, toda uma atividade do discurso vem, discretamente, indiretamente, colocar em evidência um significado único que é “eu te

desejo”, e liberá-lo, alimentá-lo, ramificá-lo, fazê-lo explodir (a linguagem goza de se tocar a si mesma); por outro lado, envolvo o outro nas minhas palavras, eu o acaricio, o roço, prolongo esse roçar, me esforço em fazer durar o comentário ao qual submeto a relação (1984b, p. 64).

Para finalizar, mais aberturas: a poética necessita insurgir contra a produção de morte, a fim de que os modos de sair das instituições não se esgotem. Que sejam múltiplos, contudo, potentes. Essa pesquisa não restitui o já acontecido, bem sei, mas deseja o intempestivo: “agir contra o tempo, e assim sobre o tempo, em favor de um tempo por vir” (Sara Hartmann; Tânia Maraa Galli Fonseca, 2010, p. 90). Para outros possíveis, precisamos prestar atenção aos escuros do nosso tempo. Adentrar ao escuro, abrir os olhos e enxergar vagalumes.



*Há quem se deite
em fogo
para morrer.
Pois eu sou
Como o vagalume:
- só existo
Quando me incendeio.
(Mia Couto, 2014, p. 86)*

Referências

Agamben, Giorgio. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos.

Amado, Jorge. (2009). *Capitães da Areia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Amitrano, Georgia. (2014). O paradoxo do homo sacer: entre o abandono e o bando. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, n. 23, p. 78-92. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/74747/78338>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Assis, Simone G.; Farias, Luís O. P. (Org.). (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento*. São Paulo: Hucitec.

Bárcena, Fernando. (2014). La educación como profanación: en torno a una ética de la interrupción. In: *V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação: ética e políticas*. Santa Cruz do Sul.

Barros, Manoel de. (1989). *O Guardador de Águas*. São Paulo: Art Editora.

Barthes, Roland. (1984a). *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. (1984b). *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: F. Alves. 4ª ed.

_____. (2003). *Roland Barthes por Roland Barthes*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade.

_____. (2005). *Sade, Fourier, Loyola*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes.

Battistelli, Bruna Moraes; Rodrigues, Luciana; Cruz, Lílian Rodrigues da. (2018). A Política de Assistência Social: relações entre vulnerabilidade, risco e autonomia. *Rev. Polis e Psique*, 8(3), pp. 88 - 110.

Bento, Berenice. (2018). Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? In: *Cadernos pagu* (53). Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511>. Acesso em: 20 maio 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/180944492018005>.

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 maio 2018.

Brum, Eliane. (2006). Enterro de podre. In: _____. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquitélogo Editorial, pp. 34-39.

_____. (2019). O golpe de Bolsonaro é pela família, contra a nação. In: *Elpaís*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/22/politica/1558536541_227291.html. Acesso em: 04 jul. 2019.

Butler, Judith. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar, 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2018a). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2018b). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Candiotto, Cesar. (2011). Cuidado da vida e dispositivo de segurança: a atualidade da biopolítica. In: Branco, Guilherme C.; Veiga-Neto, Alfredo (Org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 81-96.

Castel, Robert. (1987). *A gestão do risco: da anti-psiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Coimbra, Cecília M. B.; Nascimento, Maria L. (2009). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? *Direitos Humanos não têm idade*. Rio de Janeiro: Instituto São Martinho. Disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12590075/a-producao-de-criancas-e-jovens-perigosos-a-quem-interessa>>. Acesso em: 07 maio 2018.

Collins, Patrícia Hill. (2015). Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Moreno, Renata. (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, pp. 13-42.

Connell, Robert W.; Messerschmidt, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol. 21, n. 1, pp. 241-282. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

Corazza, Sandra Mara. (2010). Introdução ao método biografemático. In: Costa, Luciano Bedin da; Fonseca, Tânia Mara Galli (Org.). *Vidas do fora: habitantes do silêncio*. Porto Alegre: UFRGS.

Costa, Luciano Bedin da. (2011). *Estratégias biográficas: biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche, Henry Miller*. Porto Alegre: Sulina.

Costa, Luciano Bedin da; Costa, Cristiano Bedin da. (2019). Short Scenes: a escrita acadêmica como combate. In: *Rev. Polis e Psique*, 9(2), pp. 171 – 186.

Couto, Mia. (2014). *Vagas e Lumes*. Lisboa: Caminho.

Deleuze, Gilles. (2010). *Sobre o teatro: um manifesto do menos*. Tradução de Fátima Saad, Ovídio de Abreu e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. (2017). *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34.

Deleuze, Gilles; Parnet, Claire. (1998). *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta.

Despret, Vinciane. (2011). Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23, n. 1, pp. 5-28, Jan./Abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a02.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

Didi-Huberman, Georges. (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Dostoiévski, Fiódor. (2008). *Noites Brancas*. Tradução de Natália Nunes. São Paulo: L&PM.

- Evaristo, Conceição. (2011). *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Nandyala.
- Fanon, Frantz. (1968). *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, Evandro A. (2017). *Nunca houve tanto fim como agora*. Rio de Janeiro: Record.
- Ferreira, Mariana B. (2017). Impasses do desacolhimento institucional por maioria: psicanálise e articulações de rede territorial. São Paulo: USP, 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo.
- Ferreira, Pedro. (2014). *À espera de um lar: promotor incentiva reaproximação de crianças abrigadas com família*. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/12/25/interna_gerais,602407/promotor-incentiva-reaproximacao-de-criancas-abrigadas-com-familia.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- Fonseca, Cláudia. (2010). O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: Schuch, Patrice; Vieira, Mirian Steffen; Peters, Roberta. (Org.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, pp. 205-227.
- Foucault, Michel. (1996). *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2003). A governamentalidade. In: _____. *Ditos e escritos IV: estratégia, saber, poder*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 411-422.
- _____. (2005a). *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU.
- _____. (2005b). *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2011). *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Ditos & Escritos VII. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes.

Golding, William. (2014). *Senhor das Moscas*. Tradução de Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Objetiva.

Gomes, Catarina A.; Meneses, Maria P. G. (2011). História e colonialismo: por uma inter-historicidade. In: *Para trazer coleções, relatórios Alexandrias*. Disponível em: <<http://www.reseau-terra.eu/article1223.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, (5), pp.7-41.

Hartmann, Sara; Fonseca, Tânia Mara Galli. (2010). Escrever uma vida: biografia e acontecimento. *Aletheia*, n. 33, pp. 84-94. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Hillesheim, Betina; Cruz, Lílian Rodrigues da. (2008). Risco, Vulnerabilidade e Infância: algumas aproximações. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2), pp. 192-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a06v20n2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Hillesheim, Betina. (2008). *Entre a literatura e o infantil: uma infância*. Porto Alegre: Abrapso Sul.

Hillesheim, Betina; Cappellari, Amanda. (2019). Os corpos da inclusão: mídia e relações com a diferença. *Revista Educação Especial*, v. 32, pp. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 1 jul. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X>.

Jeitinho brasileiro: adoção à brasileira gera graves consequências. (2014). *Consultor jurídico*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-fev-09/pratica-ainda-comum-adocao-brasileira-gera-graves-consequencias>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Jovem é flagrado morando em casa da vila típica no Parque da Oktoberfest. (2018). *Portal Gaz*. Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/conteudos/policia/2018/04/06/116849-jovem_e_flagrado_morando_em_casa_da_vila_tipica_no_parque_da_oktoberfest.html.php>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Jurisprudência - Amparo para maiores de 18 anos. (2008). *Ministério Público do Paraná*. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2013/12/11664,37/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

Lapoujade, David. (2017). *As existências mínimas*. Tradução de Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições.

Assis, Simone Gonçalves de; Farias; Luís Otávio Pires. (Org.). (2013). Levantamento nacional das crianças adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo: HUCITEC Editora.

Lispector, Clarice. (2016a) Onde estivestes de noite. In: Moser, Benjamin (Org.). *Todos os contos/Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 478-493.

_____. (2016b). Mineirinho. In: Moser, Benjamin (Org.). *Todos os contos/Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 386-390.

_____. (1999). *Um Sopro de Vida*. Rio de Janeiro: Rocco.

Martinez, Ana L. M.; Silva, Ana P. S. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioria: a voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, pp. 113-132.

Mbembe, Achille. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, pp. 123-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 29 abril 2019.

Melville, Herman. (1853). *Bartleby, o escrivão*: uma história de Wall Street. 1. ed. Tradução por Cássia Zanon. Porto Alegre: L&PM Pocket Plus.

Meneses, Maria P. (2010). Outras vozes existem, outras histórias são possíveis. In: Garcia, Regina L. (Org.). *Diálogos Cotidianos*. Rio de Janeiro: DP.

MP assina termo de cooperação para garantir acesso das adolescentes acolhidas às políticas de saúde da mulher. (2018). *Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/infancia/46995/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Nogueira, Renato. (2018). Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, n. 3. Disponível em: <http://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Dos-condenados-da-terra.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

Nova, Vera Lúcia de Carvalho Casa. (2018). *Língua plena*. Rio de Janeiro: Gramma.

Oficina sobre educação financeira orienta adolescentes que vivem em abrigos no RS. (2019). *RBS Notícias*. Porto Alegre, 17 ago. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/t/porto-alegre/v/oficina-sobre-educacao-financeira-orienta-adolescentes-que-vivem-em-abrigos-no-rs/7851681/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

Ohno, Kazuo. (2016). *Treino e(m) poema*. Tradução de Tae Zuzuki. São Paulo: n-1 edições.

Oliveira, Ana P. G. (2016). O caráter provisório do abrigo e a passagem adolescente: pensando transitoriedades. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). *Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*.

Ondjaki. (2011). *Há prendisajens com o xão: o segredo húmido da lesma & outras descoisas*. Rio de Janeiro: Pallas.

Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes CNAS/CONANDA/ MDS. (2009). Brasília. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de--assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-tipo-de-publicacaocaderno/68-orientacoes-tecnicasservicos-de-alcolhimento.pdf/download>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

Pelbart, Peter Pál. (2014). A arte de instaurar modos de existência que ‘não existem’. In: *Bienal de São Paulo* (Org.). Como falar de coisas que não existem. 1. ed., v. 1. São Paulo: Bienal de São Paulo, pp. 250-265.

Queiroz, Caroline. (2018). Sem adoção, aos 18 anos jovens deixam abrigo. *Mais PB*. João Pessoa. Disponível em: <<http://www.maispb.com.br/268775/sem-adocao-adolescentes-deixam-abrigos-ao-atingir-maioridade.html>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Quintana, Mário. (2003). A verdadeira arte de viajar. In: _____. *A cor do invisível*. 6. ed. São Paulo: Globo.

Rancière, Jacques. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental, Ed. 34.

Reis, Carolina dos; Guareschi, Neuza Maria de Fátima; Huning, Simone Maria; Azambuja, Marcos Adegas de. (2014). A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. *Estud. psicol.* (Campinas) [online], vol. 31, n. 4, pp. 583-593. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

166X2014000400012&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 9 ago. 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000400012>.

Ribeiro, Djamila. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Ribeiro, Ewerton Martins. (2015). Biografema, studium, punctum, fotografia: quase um método. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, maio-ago, pp. 45-64.

Rosa, João Guimarães. (2015). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Scisleski, Andrea C. C.; Hüning, Simone M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, v. 6, pp. 8-27. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.61374>.

Silva, Claudia Neves da. (2006). Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun, pp. 326-351. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a12v8n15.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

Silva, Martha E. S. (2010). Acolhimento institucional: maioria e desligamento. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN. *Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

Siqueira, Aline C. (2006). Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Porto Alegre: UFRGS. *Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre.

Sousa Filho, Alípio. (2011). O cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: Albuquerque Júnior, Durval. M. de; Veiga-Neto, Alfredo; Souza Filho, Alípio (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 13-26.

Suarez, Joana; Oliveira, Natália. (s.a.). *Aos 18 anos, o abrigo é a rua*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1277540.1460646996!/paulo_mateus.html>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Vilela, Eugénia. (2010). À contraluz, o testemunho. Uma linguagem entre o silêncio e o corpo. In: Costa, Luciano Bedin da; Fonseca, Tânia Mara Galli. *Vidas do fora: habitantes do silêncio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Winter, Gabrielly da Fontoura; Hillesheim, Betina. “Não estávamos seguros”: tensionamentos entre os discursos do direito e da caridade no campo da Assistência Social. In: Cruz, Lílian Rodrigues da; Guareschi, Neuza; Battistelli, Bruna (Org.). *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2019. pp. 120-134.

Anexos

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: “(Po)éticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria”

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Mestranda: Amanda Cappellari

Telefone para contato: (51) 9 9471-5117

Prezada(o)

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa “(Po)éticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria”, que objetiva compreender como acontecem os desligamentos institucionais por maioria, ou seja, como ocorre o processo de saída de jovens que residem em instituições de acolhimento ao completarem 18 anos.

Solicitamos sua autorização como participante da pesquisa, que acontecerá através de conversas coletivas ou individuais, para que possamos acompanhar seu processo de saída do serviço de acolhimento ou, no caso de já ter acontecido o desligamento, saber como foi esse processo. A frequência dos encontros será combinada com você, e o tempo de duração da pesquisa será de aproximadamente 3 meses.

A decisão em participar da pesquisa é voluntária, o que significa que você tem o direito de decidir se deseja ou não participar, assim como poderá desistir da participação na pesquisa em qualquer momento.

Quanto aos impactos e riscos no desenvolvimento da pesquisa, serão os mínimos possíveis, visto que todos os cuidados éticos serão tomados, entre eles, que as/os participantes terão suas identidades preservadas. Contudo, como conversaremos sobre trajetórias de vida, é possível que ocorram momentos de sensibilização ou desconforto. Nesse caso, você terá espaço para conversar sobre isso e poderá ser encaminhado para atendimento psicológico na clínica de psicologia da UFRGS, ou em serviços de saúde mental de Porto Alegre.

Quando aos dados produzidos, serão arquivados por 5 anos na sala 306 (sala de pesquisa da professora Lílian Rodrigues da Cruz), no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em armário com chave. Após esse período, o material será descartado.

Reforçamos a garantia da confidencialidade e do anonimato, ou seja, seu nome não será divulgado em nenhuma circunstância, nem mesmo em eventuais publicações científicas. Além disso, ao término da pesquisa, será feita uma devolutiva com os resultados produzidos por ela.

Se você concorda em participar da pesquisa, solicitamos que assine este documento em duas vias, ficando uma para você e outra para a pesquisadora.

Caso você tenha dúvidas a respeito deste estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (51) 994715117, ou pelo e-mail amanda.cappellari@gmail.com.

Consentimento da Participação

Eu, _____, estou de acordo com o que foi anteriormente exposto. Assim, aceito participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando em posse de uma e a outra com as pesquisadoras.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa

Amanda Cappellari
Pesquisadora Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa – Instituto de Psicologia UFRGS
Instituto de Psicologia UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Bairro Santa Cecília

Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone para contato: (51) 3308-5698
E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Anexo B: Carta de anuência

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins conhecer o projeto de pesquisa intitulado: “(Po)éticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria”, desenvolvido pela mestrande Amanda Cappellari do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sob a orientação da professora Lílian Rodrigues da Cruz, que objetiva compreender como acontecem os desligamentos institucionais por maioria, ou seja, como ocorre o processo de saída de jovens que residem em instituições de acolhimento, ao completarem 18 anos.

Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP-UFRGS, conhecer e cumprir a Resolução do CNS 466/12, que dispõe sobre o processo de pesquisa envolvendo seres humanos, e demais Resoluções Éticas Brasileiras. Esta instituição está ciente das suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária.

Assim, concordamos em participar da pesquisa.



Assinatura e carimbo do responsável institucional

Jandra Mara Kindlein Perino
Diretora Técnica
ID 4248945/1
Fundação de Proteção Especial - RS



Assinatura da pesquisadora responsável (orientadora)
Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2019.